



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA
COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE MEDICINA

MANUAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MEDICINA
MEDICINA

Belém
2007

Prof. ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELO
Reitor da Universidade Federal do Pará

Profª. ELIETE DA CUNHA ARAÚJO
Diretora do Instituto de Ciências da Saúde

Prof. CLÁUDIO GALENO DE MIRANDA SOARES
Coordenador do Curso de Medicina

Profª. SILVIA HELENA ARIAS BAHIA
Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Medicina

ELABORAÇÃO

Profª Silvia Helena Arias Bahia – MSc.
Coordenadora e Membro da Comissão do TCC de Medicina.

Vilma Costa Bastos
Diretora da Divisão de Documentação e Biblioteca

ORGANIZAÇÃO

Profª Silvia Helena Arias Bahia – MSc.
Coordenadora e Membro da Comissão do TCC de Medicina

REVISÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA:

COLABORAÇÃO:
Secretária: Sandra Maria dos Santos Oliveira.
Secretária: Patrícia Cristina Vasconcelos de Barros.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. ORIENTAÇÕES GERAIS	6
2.1. ORGANIZAÇÃO.....	6
2.2. INSCRIÇÃO.....	6
2.3. ELABORAÇÃO.....	7
2.4. ORIENTAÇÃO.....	8
2.5. ANÁLISE PRÉVIA.....	8
2.6. AVALIAÇÃO.....	9
2.7. REPROVAÇÃO.....	11
2.8. VALIDAÇÃO.....	12
2.9. PUBLICAÇÃO.....	13
2.10. RECOMENDAÇÕES.....	13
3. ÉTICA EM PESQUISA	14
3.1 ÉTICA EM PESQUISA EM SAÚDE.....	14
3.2 ÉTICA EM PESQUISA COM ANIMAIS.....	16
4. PROJETO DE PESQUISA	22
4.1. APRESENTAÇÃO.....	22
4.2. INSTRUÇÕES PRELIMINARES.....	23
4.3. ESTRUTURA.....	23
5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	35
5.1. APRESENTAÇÃO.....	35
5.2. FORMATAÇÃO GRÁFICA.....	35
5.3. ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO.....	36
5.4. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS.....	37
5.5. ELEMENTOS TEXTUAIS.....	42
5.6. ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS.....	45
5.7. ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES.....	46
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	55
ANEXOS	71

1. APRESENTAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é de caráter obrigatório, determinado por normas e diretrizes constantes na [Resolução nº 2515/97 – CONSEP](#) (Conselho Superior de Ensino e Pesquisa) de 17 de outubro de 1997 e na [Resolução nº 001/04 – CCM](#) (Colegiado do Curso de Medicina) de 27 de abril de 2004. (SUJEITO À ALTERAÇÃO).

O TCC constitui-se em um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação na forma de pesquisa acadêmico-científica. Trata-se de uma experiência fundamental na formação do MÉDICO, uma vez que lhe proporciona a oportunidade de resolver de forma rigorosa e criativa problemas teóricos e empíricos.

Como trabalho que se submete aos padrões da produção científica, o TCC deve respeitar seus parâmetros. Assim, ele envolve três etapas: a de **formulação de um projeto**, sua **execução na forma de uma investigação** e a **apresentação de seus resultados** de maneira a ser julgada pela própria comunidade científica. O TCC é, portanto, um trabalho de síntese que articula o conhecimento global do aluno no interior de sua área de formação. Como tal, o TCC deve ser concebido e executado como uma atividade científica, e não somente como forma de avaliação de seu desempenho no domínio e/ou avaliação de um conteúdo disciplinar específico. É nesse sentido que o TCC deve possuir um caráter monográfico que respeita a área de estudos à qual se encontra vinculado. Vale dizer que deve estruturar-se em torno de um objeto construído e delimitado a partir de um problema relativo à área da saúde.

Tomando como base o caráter de iniciação científica subjacente à monografia, o TCC compreende, em sua primeira etapa, a elaboração de um projeto de trabalho. Como critérios básicos para esta fase, o projeto terá que atender a quatro requisitos: a escolha do tema, sua definição, delimitação e problematização.

Junto a este processo somar-se-iam os métodos e técnicas a serem utilizados, bem como o estabelecimento de etapas de trabalho expressos na forma de um cronograma e a previsão orçamentária.

A segunda etapa - execução - corresponde à realização do projeto propriamente dito. É imprescindível que o aluno, no decorrer desta etapa, aplique os conhecimentos científicos de sua área de conhecimento, bem como efetue as atividades dentro de parâmetros mínimos de cientificidade. Para cumprimento desta etapa o aluno deve valer-se de métodos e técnicas universalmente aceitas pela comunidade científica que incluem pertinência, consistência, manipulação de variáveis e de hipóteses, mensuração de dados primários e/ou secundários de acordo com padrões de representatividade e generalização compatíveis com seu tema, seu problema/hipótese de trabalho e sua área de conhecimento ou de exercício profissional.

Finalmente, como toda investigação que possui caráter científico, o TCC deve ser submetido ao crivo da crítica da comunidade. De fato, para lograr sua aprovação final, terá que ser levado à apreciação de uma banca de avaliadores composta de três professores: o orientador e dois outros professores escolhidos de acordo com sua habilitação técnica em relação ao tema de investigação. A banca de exame final é um mecanismo que possibilita a avaliação da monografia sob a ótica de diferentes perspectivas. Nesse sentido, a banca deverá avaliar a consistência lógica da investigação, a coerência entre problema de investigação, hipóteses e nível de demonstração ou de validade argumentativa na correlação entre pressupostos, postulados e corroboração empírica. A subsunção do TCC à discussão pública e dos pares articula-se em torno de dois propósitos: sua submissão à crítica racional e averiguação de sua capacidade de refutação. Sujeito à crítica, na multiplicidade de perspectivas representadas pelos avaliadores, o trabalho de conclusão de curso estará cumprindo estes dois propósitos e atendendo, integralmente, a seu papel de atividade de iniciação científica.

Do ponto de vista do aluno, a defesa diante de uma banca examinadora significa a possibilidade de testar sua competência discursiva, de exercitar sua capacidade argumentativa e de defender sua perspectiva frente a outras diferentes ou concorrentes. Ao mesmo tempo, permitir-lhe-á esclarecer elementos de seu

trabalho que possam ter ficado obscuros ou frágeis do ponto de vista de sua consistência ou pertinência científica. Neste sentido, a defesa da monografia exercitará a capacidade lógico-dedutiva, de análise e de síntese do aluno, sua fluência em termos de expressão e defesa de suas idéias, bem como sua capacidade de resposta diante de argumentos distintos daqueles que desenvolveu. A necessidade de defesa diante de uma banca justifica-se, então, como inerente ao próprio caráter de iniciação científica do trabalho de conclusão de curso, como mecanismo de ensino-aprendizagem do próprio discente e como fator que exercita as faculdades discursiva e argumentativa.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS

2.1. ORGANIZAÇÃO

O TCC é organizado por uma Comissão, constituída por uma Coordenação e por no mínimo dois membros docentes indicados pelo Colegiado do Curso de Medicina e por um representante discente indicado pelo Diretório Acadêmico de Medicina.

2.2. INSCRIÇÃO

Para fins de inscrição do Trabalho, o aluno deverá dar entrada no protocolo do ICS, de uma via do **projeto de pesquisa** (Capítulo 4 deste manual) e **documentos abaixo discriminados**, a partir do 7º semestre do curso, em data definida previamente pelas Coordenações do Curso e do TCC de Medicina.

O TCC deverá ser inédito quanto a sua publicação, contudo, poderão ser feitas apresentações prévias na forma de **resumo(s)** em evento(s) científico(s) antes de sua defesa na Jornada Acadêmica mediante a comprovação da inscrição do tema na secretaria da Coordenação do TCC. O(s) resumo(s) publicado(s) em evento científico deverá(ão) ser anexado(s) ao TCC.

Para inscrição de **caso clínico** de relevância científica, será aceito apenas o caso que esteja sendo acompanhado pelo(s) autor(es) do Trabalho, não se admitindo levantamento do caso em prontuário; sendo este utilizado apenas para ilustrar a evolução do caso atual.

Documentos para inscrição do projeto:

1. CARTA DE ENCAMINHAMENTO DO PROJETO PELO ORIENTADOR (**APÊNDICE A**).
2. FICHA DE INSCRIÇÃO AO TCC (**APÊNDICE B**).
3. TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR (**APÊNDICE C**).

4. FICHA DE CADASTRO DO ORIENTADOR E COORIENTADOR (**APÊNDICE D**).
5. FICHA DE CADASTRO DO(S) AUTOR(ES) (**APÊNDICE E**).
6. PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA*.
7. CURRÍCULUM VITAE DO ORIENTADOR E CO-ORIENTADOR**.
8. AUTORIZAÇÃO DO(S) LOCAL (IS) ONDE SERÁ REALIZADA A PESQUISA.

Obs: No projeto de pesquisa a carta de encaminhamento do orientador, a ficha de inscrição, o termo de aceite do orientador e as fichas de cadastros listados acima devem ser encadernados antes da capa.

(*) Na impossibilidade de entrega do Parecer do CEP na data definida pela Coordenação do TCC, será aceita pela Secretaria da Coordenação do TCC no ato da inscrição, cópia do protocolo de entrada do projeto de pesquisa do CEP, que deverá ser substituído pelo pesquisador na Secretaria quando da liberação do Parecer de Aprovação.

(**) Para o TCC que apresentar orientador e/ou co-orientador pertencentes ao quadro externo docente da UFPA é necessário anexar cópia resumida do currículo Lattes do(s) mesmo(s). Acessar a Plataforma de Currículos através do site: <http://www.cnpq.br>

2.3. ELABORAÇÃO

O TCC será elaborado no formato de monografia, atendida toda a documentação referente ao desenvolvimento do Trabalho constante no capítulo 5 deste manual. Poderá ser realizado por no máximo **três autores (doutorandos) (SUJEITO A ALTERAÇÃO)** que deverão estar obrigatoriamente cursando o mesmo semestre no ato da inscrição.

O tema do TCC deverá ser inédito e atual, valorizando os problemas locais e regionais e poderá ser realizado em qualquer área integrante do Currículo Pleno do Curso, sendo o tema de livre escolha do(s) discente(s). Serão aceitos todos os delineamentos de estudos da pesquisa biomédica (ensaio clínico, experimental, epidemiológica e meta-análise).

RESTRIÇÃO:

Estudo de **Revisão Bibliográfica:**

Uma revisão bibliográfica deve mostrar a evolução do conhecimento sobre o tema, apontando falhas e acertos, fazendo críticas e elogios e resumindo o que é realmente, de interesse. Desta forma, são tradicionalmente encomendadas para **profissionais de reconhecida competência**, por revistas científicas de grande porte.

2.4. ORIENTAÇÃO

O TCC será orientado e co-orientado (se necessário), preferencialmente, por docentes da instituição de origem (UFPa), ou ainda, por [especialistas da área de conhecimento sem vínculos com o ensino, neste caso, o trabalho deverá ter um co-orientador vinculado a Instituição \(SUJEITO À ALTERAÇÃO\)](#), sempre que possível escolhido pelo aluno, cujo credenciamento - por meio de análise do currículo lattes - deverá ter sido aprovado pelas Coordenações do Curso de Medicina e do TCC.

Se o orientador for docente da UFPa, poderá computar em seu PIT (Plano de Trabalho Individual) 2 horas/semanais de orientação por TCC, devendo acordar com o que dispõe a Resolução Nº 3.480 de 12/12/2006 (ANEXO C) para cada regime de trabalho.

O orientador deverá acompanhar o aluno ao longo das etapas da realização do trabalho, verificando o andamento e a boa execução do mesmo, dentro das normas vigentes para elaboração da monografia.

O orientador não poderá deixar de orientar o aluno no meio do percurso da realização do TCC, salvo motivo de força maior, devidamente fundamentado, reconhecido e homologado pelas Coordenações do TCC e do Curso de Medicina. O orientador que deixar de orientar o aluno sem justificativa aceitável, será suspenso de qualquer atividade relacionada ao TCC pelo período de um ano. Em caso do orientador ser docente da UFPa, será comunicado ao seu departamento de origem o abandono da orientação.

2.5. ANÁLISE PRÉVIA

Antes da sessão de defesa, o TCC deve ser analisado previamente por um dos membros indicados para compor a Banca Examinadora. A análise prévia visa à adequação e a qualidade do produto final que será apresentado ao público na Jornada Acadêmica e que ficará em depósito na Biblioteca do ICS.

Para a análise prévia, deverá ser entregue à secretaria da Coordenação do TCC uma cópia do TCC (em seu formato definitivo) impresso em papel comum, modo econômico, mediante documento de encaminhamento do orientador do Trabalho (**APÊNDICE F**).

O Membro Examinador deverá avaliar o TCC de acordo com as orientações para análise prévia, que serão encaminhadas ao mesmo pela Coordenação do TCC.

O Trabalho que não for encaminhado pelo(s) aluno(s) no prazo pré-determinado pela Coordenação do TCC, não será submetido à análise prévia.

Após a análise prévia, o(s) aluno(s) receberá(ão) o exemplar com as correções e recomendações feitas pelo Membro Examinador, para então, avaliar juntamente com o orientador as sugestões feitas, e assim, realizar a impressão e entrega das quatro cópias na secretaria da Coordenação do TCC.

2.6. AVALIAÇÃO

O TCC será avaliado pelo orientador e por uma Banca Examinadora.

A designação dos membros (02) da Banca Examinadora será efetuada pelas Coordenações do TCC e do Curso de Medicina, podendo o orientador apresentar sugestões de nomes de docentes e/ou profissionais que atuem na área de conhecimento onde se desenvolveu o trabalho.

O orientador avaliará o aluno de forma continuada, levando em consideração todas as etapas do trabalho, de modo a ser verificado o real desempenho do aluno. A sua avaliação será apresentada em separado, em parecer devidamente fundamentado, com emissão de notas, cujos conceitos serão atribuídos de acordo com o [Art. 69 do Regimento Geral da UFPa](#), constando dos seguintes itens:

- a) assiduidade;
- b) interesse;
- c) participação;
- d) contribuição.

Durante a avaliação pela Banca Examinadora, o orientador não mais emitirá conceito, posto que, o terá feito em separado, devendo apenas presidir a sessão de defesa do mesmo por seu(s) autor(es).

Após a defesa do trabalho, a Banca Examinadora emitirá conceitos em formulário próprio, expedido pela Coordenação do TCC. O conceito final será o resultado da média das notas do orientador e da banca examinadora, devendo alcançar o conceito mínimo – **REGULAR** (nota mínima de 5,0) para aprovação do mesmo.

São critérios de avaliação pelos membros da Banca Examinadora, exceto o orientador:

- a) apresentação gráfica do Trabalho;
- b) pesquisa e organização bibliográfica;
- c) metodologia utilizada;
- d) resultados e discussão;
- e) valor científico;
- f) exposição e defesa do trabalho.

Para fins de avaliação, deverão ser entregues **quatro** exemplares do TCC e 01 cópia em mídia (disquete ou CD-room).

- Um exemplar para o orientador;
- Um exemplar para cada Membro da Banca Examinadora (02);
- Um exemplar para a Biblioteca do I.C.S;

Obs:

(1) O examinador que deixar de comparecer à defesa do TCC sem justificativa, terá suspensa suas atividades relacionadas ao TCC pelo prazo de um ano, sendo este período avaliado pela Comissão do TCC, se o examinador já tiver iniciado atividade de orientação. O examinador que faltar à avaliação referida deverá devolver o exemplar do TCC recebido para avaliação.

(2) O(s) aluno(s) que descumprir(em) dois, dos três prazos de entrega (projeto de pesquisa, exemplar para análise prévia e exemplares para análise final) terá retirado 0,5 ponto da nota final do seu trabalho.

(3) O TCC deve ser encaminhado (APÊNDICE G) para análise final, pelo orientador.

2.7. REPROVAÇÃO

- **Do aluno:**

Estará reprovado o aluno que, comprovadamente, por declaração da equipe do TCC e/ou do orientador, não tiver participado da elaboração do TCC.

Estará reprovado o aluno que, embora tendo participado da elaboração do TCC, não comparecer à defesa de seu Trabalho, e nem justificar a ausência no prazo de 72 horas (via protocolo do ICS). Neste caso, havendo justificativa, o aluno deverá apresentar à Coordenação do Curso de Medicina exposição de motivo, circunstanciado, para que sejam tomadas iniciativas pela Comissão do TCC para apresentação individual até o prazo máximo de 60 dias. Após esse prazo, a defesa acontecerá na próxima Jornada Acadêmica.

- **Do Trabalho na Análise Prévia:**

No caso de reprovação por parte do Membro Examinador, a mesma deverá ser comunicada, através de parecer, o qual deverá referir o(s) motivo(s) da reprovação.

O parecer deverá ser analisado pelas Coordenações do TCC e do Curso de Medicina. Havendo a anuência pelas mesmas, o TCC deverá ser devolvido para o(s) autor(es), acompanhado da análise feita pelo Membro Examinador, para que o(s) mesmo(s) juntamente com o orientador façam as devidas adequações.

O(s) aluno(s) terá(ão) prazo de no máximo 60 dias corridos, para realizar as devidas correções. Após novo processo de avaliação será definida a data de defesa do TCC em sessão especial. Em caso de não cumprimento do prazo o(s) doutorando(s) deverão realizar nova inscrição para a próxima Jornada Acadêmica.

- **Do Trabalho na Análise Final:**

No caso de reprovação por parte de algum dos Membros da Banca Examinadora, a mesma deverá ser comunicada com prazo mínimo de 48 horas antes da defesa pública, através de parecer, o qual deverá referir o(s) motivo(s) da reprovação.

O parecer deverá ser analisado pelas Coordenações do TCC e da Faculdade de Medicina. Havendo a anuência pelas mesmas, o TCC deverá ser devolvido para o(s) autor(es), acompanhado da análise feita pelo Membro Examinador, para que o(s) mesmo(s) juntamente com o orientador façam as devidas adequações.

O(s) doutorando(s) terá(ão) prazo de no máximo 60 dias corridos, para realizar as devidas correções. Após novo processo de avaliação será definida a data de defesa do TCC em sessão especial. Em caso de não cumprimento do prazo o(s) doutorando(s) deverão realizar nova inscrição para a próxima Jornada Acadêmica.

2.8. VALIDAÇÃO

O TCC é validado através da “JORNADA ACADÊMICA Dr. RONALDO de ARAÚJO”, que acontece em período determinado pelas Coordenações do Curso de Medicina e do TCC.

Para validação do TCC, o(s) autor(es) deverá(ão) em sessão especial, defendê-lo no 11º semestre do curso perante a Banca Examinadora, de acordo com as normas de apresentação oral.

A sessão de defesa deverá ocorrer em 35 minutos, assim distribuídos:

- 10 minutos para a apresentação oral;
- 5 minutos para **cada** examinador;
- 10 minutos para argüição;
- 5 minutos para o orientador.

Ao término da sessão de defesa, as notas dos examinadores são somadas, sendo o conceito final comunicado pelo presidente da banca, que entrega os certificados a todos os participantes da sessão de defesa do Trabalho.

2.9. PUBLICAÇÃO

O(s) autor(es) deverão encaminhar à secretaria da Coordenação do TCC uma cópia do Trabalho em formato de artigo científico em mídia (disquete ou CD-room) até 30 dias após a apresentação do Trabalho para análise por corpo editorial visando publicação em revista editada pelo ICS. O artigo deverá estar formatado até no máximo oito laudas incluindo fotos e textos.

2.10. RECOMENDAÇÕES

Para que seja dado curso aos trâmites visando a emissão do Diploma, será obrigatório encaminhar à secretaria da Coordenação do TCC, até 30 dias após a defesa do Trabalho, o exemplar do TCC com as alterações sugeridas pela Banca Examinadora.

3. ÉTICA EM PESQUISA

3.1- ÉTICA NA PESQUISA EM SAÚDE

No Brasil, os aspectos éticos envolvidos em atividades de pesquisa que envolvam seres humanos estão regulados pelas Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos, através da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, estabelecida em outubro de 1996.

O objetivo maior da avaliação ética de projetos de pesquisa é garantir três princípios básicos: a beneficência, o respeito à pessoa e a justiça. Nesta garantia devem ser incluídas todas as pessoas que possam vir a ter alguma relação com a pesquisa, seja o sujeito da pesquisa, o pesquisador, o trabalhador das áreas onde a mesma se desenvolve e, em última análise, a sociedade como um todo.

A avaliação ética de um projeto de pesquisa na área da saúde baseia-se, pelo menos, em quatro pontos fundamentais: na qualificação da equipe de pesquisadores e do próprio projeto; na avaliação da relação risco-benefício; no consentimento informado (ANEXO A) e na avaliação prévia por um Comitê de Ética.

A adequação metodológica do projeto de pesquisa é fundamental. Um projeto inadequado acarreta riscos e custos sem que seus resultados possam ser realmente utilizados, devido a deficiências no método. Devem ser esgotadas todas as possibilidades de obter dados por outros meios, utilizando simulações, animais, culturas de células, antes de utilizar seres humanos. Os pesquisadores devem dar garantias de que os dados serão utilizados apenas para fins científicos, preservando a privacidade e a confidencialidade. A identificação e o uso de imagens somente poderão ser feitas com uma autorização expressa do indivíduo pesquisado.

Na avaliação da relação risco-benefício entram em jogo tanto o princípio da não-maleficência como o da beneficência. O dano irreparável ou a possibilidade de morte, decorrente do projeto, impedem a realização do mesmo. O Código de

Nuremberg aceitava uma única exceção, que era quando o próprio pesquisador era o sujeito da pesquisa (auto-experimentação).

Caso o risco real exceder ao previsto o projeto deve ser interrompido e revisto. Os projetos podem ser caracterizados tanto pelo risco quanto pelo benefício. A classificação pode basear-se na não-maleficência, utilizando o risco associado aos procedimentos (risco mínimo e risco maior que o mínimo). O critério da beneficência, quando utilizado, avalia se o indivíduo terá ou não ganhos terapêuticos com o estudo (projetos clínicos ou não-clínicos).

O mais adequado, do ponto de vista moral, seria permitir que as pesquisas fossem realizadas apenas quando houvesse indiferença por parte do pesquisador frente às alternativas a serem oferecidas aos participantes. A indiferença moral possibilita a realização de uma ação, mas não é nem obrigatória (Bem) nem proibida (Mal). Resumindo, em estudos comparativos, sempre que uma das alternativas tiver um benefício maior que as demais, ela deve se tornar obrigatória. Da mesma forma, sempre que um procedimento tiver comprovadamente um risco maior que o outro, ele fica proibido de ser mantido neste projeto de pesquisa.

Habitualmente, a avaliação dos riscos envolvidos no projeto é relacionada apenas aos indivíduos pesquisados, não sendo realizada no projeto qualquer consideração com relação aos pesquisadores e trabalhadores envolvidos. A Conferência de Asilomar, realizada em fevereiro de 1975, foi um marco histórico, pois pela primeira vez estes aspectos foram discutidos. Estes aspectos não eram, e, infelizmente, continuam a não ser adequadamente considerados, tanto que o artigo quinto do Código de Nuremberg permitia que houvesse risco de vida no projeto apenas quando o próprio pesquisador era o sujeito da pesquisa.

A obtenção de consentimento informado de todos os indivíduos pesquisados é um dever moral do pesquisador. O consentimento informado é um meio de garantir a voluntariedade dos participantes, isto é, é uma busca de preservar a autonomia de todos os sujeitos. Desta forma, o consentimento informado deve ser livre e voluntário, pressupondo-se que o indivíduo esteja plenamente capaz para exercer a sua vontade. A existência de uma relação de dependência pode invalidar o consentimento, neste grupo incluem-se os alunos, os militares, os funcionários de

hospitais, membros de congregações religiosas e os presidiários. Nestes casos deve haver um cuidado especial para evitar a possibilidade de coerção. O processo de consentimento informado deve fornecer informações completas, incluindo os riscos e desconfortos, os benefícios e os procedimentos que serão executados. A sua redação deve ser adequada ao nível de compreensão dos indivíduos. É sempre registrado em um documento por escrito, denominado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a Resolução 196/96, que deve ter sua redação aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. O fundamental é manter a característica do consentimento informado ser um processo, e não apenas um evento, uma assinatura de um documento. O consentimento informado deve ser visto como uma garantia de que a participação é efetivamente voluntária, isto é, é uma super-rogação por parte do voluntário, pois está além do dever daquela pessoa. Se ela aceitar, deve ser merecedora de elogios; mas se negar, a sua participação não é passível de qualquer censura ou desaprovação.

O último ponto fundamental é a avaliação prévia por um Comitê de Ética em Pesquisa independente. Neste Comitê devem participar pesquisadores de reconhecida competência, além de representantes da comunidade. Deve ser garantida a participação de homens e mulheres. O Comitê deve avaliar os aspectos éticos do projeto de pesquisa assim como a integridade e a qualificação da equipe de pesquisadores.

Transcrição de: Ética Aplicada à Pesquisa em Saúde (GOLDIM, 2005).

3.2- ÉTICA NA PESQUISA COM ANIMAIS

O uso de animais em experimentos científicos e atividades didáticas é necessário, especialmente para o avanço dos conhecimentos na área da saúde do homem e dos animais. Os profissionais envolvidos no manejo de animais de experimentação devem ter sempre consciência de que os animais são seres senscientes e que possuem sensibilidade similar à humana no que se refere à dor, memória, angústia e instinto de sobrevivência. Os animais utilizados como modelos experimentais são seres vivos que possuem as mesmas características biológicas dos outros animais de sua espécie, com a diferença de estarem sendo privados de

sua liberdade em favor da Ciência. Portanto, devem ser manejados com respeito e de forma adequada à espécie, tendo suas necessidades de transporte, alojamento, condições ambientais, nutrição e cuidados veterinários atendidas. O seguimento de princípios e critérios para a utilização de animais em experimentos científicos e atividades didáticas tem por objetivo monitorar o uso de modelos animais. Os projetos de pesquisa que utilizam modelos animais devem ser analisados por Comitês de Ética em Pesquisa, ou colegiados similares, visando à qualificação dos projetos e evitando o uso inapropriado ou abusivo de animais em experimentação. Para que a pesquisa em modelos animais seja realizada dentro de padrões éticos aceitáveis, os seguintes princípios devem ser seguidos:

- Os profissionais envolvidos no manejo de animais de experimentação devem ter capacitação comprovada para exercer tal função. Além da capacitação para manejar os animais, os pesquisadores devem ter qualificação para realizar procedimentos experimentais nestes modelos.
- Os experimentos em animais somente podem ser realizados após o pesquisador comprovar a relevância do estudo para o avanço do conhecimento e demonstrar que o uso de animais é a única maneira de alcançar os resultados desejados.
- Os métodos alternativos à utilização de animais tais como cultura de células e/ou tecidos, modelos matemáticos ou simulações em computadores devem ser utilizados sempre que possível, evitando o uso de animais.
- Os animais devem ser tratados com respeito e de forma humanitária.
- Condições de vida adequadas devem ser garantidas para os animais. Os animais mantidos em boas condições apresentam baixa mortalidade, reduzindo a perda e, conseqüentemente, o número de exemplares utilizados para fins de pesquisas.
- O número de animais utilizados em cada experimento deve ser justificado através de cálculo estatístico apropriado. A não justificativa do número de

animais utilizados em determinado estudo implica em inadequação ética e resulta no comprometimento da qualidade científica do estudo.

- A otimização do uso de animais deverá ser promovida pelos pesquisadores sempre que possível. O mesmo animal poderá ser utilizado para mais de uma pesquisa, desde que não comprometa a qualidade científica dos estudos dos quais são sujeitos.
- Todos os procedimentos relativos ao estudo devem ser justificados, sobretudo aqueles que causarem dor ou sofrimento nos animais.
- Os experimentos que causam dor e/ou desconforto devem prever analgesia e anestesia apropriadas à espécie e ao tipo de experimento. É de responsabilidade do pesquisador evitar o sofrimento do animal em estudo, exceto quando o estudo da dor for o objetivo da investigação.
- O bem-estar e a saúde dos animais utilizados em experimentos científicos devem ser assegurados.
- O modelo animal deve ser de espécie apropriada ao experimento proposto e ter procedência e qualidade comprovadas. Sempre que possível os animais utilizados em experimentos científicos devem ser adquiridos em estabelecimentos especializados neste tipo de criação. Os animais de procedência não controlada podem ser utilizados somente se forem de origem conhecida, não interferirem na qualidade de estudo e preencherem os critérios de saúde. A aquisição destes animais não deve violar a legislação nacional vigente nem políticas de conservação.
- Os animais devem ser transportados sob condições de higiene, de forma digna e adequada à espécie. Quando necessário, o pesquisador deve instruir os transportadores a respeito dos cuidados para garantir o transporte adequado aos animais.
- O pesquisador e a instituição de pesquisa são responsáveis pelo alojamento adequado dos animais durante a realização do experimento. O biotério de

experimentação ou o local reservado para o alojamento dos animais durante o estudo deve ter condições de alojar os animais, de acordo com a espécie, garantindo que o espaço físico e as condições de higiene e saúde sejam respeitadas. A proteção contra predadores, vetores, vermes e outras pragas deverá ser garantida através de barreiras sanitárias apropriadas para cada tipo de alojamento e de modelo animal. Caso necessário, instalações para quarentena e isolamento deverão estar disponíveis. As necessidades ambientais - temperatura, iluminação, ventilação, integração social, higiene e controle de ruído e odor - devem ser atendidas, de acordo com a espécie.

- Os animais devem receber nutrição adequada, não contaminada e de procedência controlada, diariamente, ou de acordo com as necessidades do estudo e da espécie, em quantidade e qualidade apropriadas para garantir sua saúde e bem-estar. A água potável também deve ser acessível aos animais, sem restrições. Admite-se exceção quando a privação de alimento e/ou água for requisito justificável para alcançar os objetivos do experimento e estiverem descritos no projeto de pesquisa.
- Os profissionais que utilizam modelos experimentais em seus estudos devem garantir a disponibilidade de cuidados veterinários para animais doentes ou feridos. Os animais que não tiverem mais condições de participar do experimento, mesmo após tratamento, devem ser utilizados para fins didáticos, se possível, ou, quando necessário, serem mortos de forma indolor.
- Ao final do experimento ou em casos de doença ou ferimento em que a eutanásia é adequada, a morte dos animais deverá ser realizada de acordo com a espécie, de forma rápida, indolor e irreversível, seguindo técnicas consagradas de realização. O método que será utilizado para a morte dos animais deverá estar descrito no projeto de pesquisa.
- Devem ser adotadas medidas de proteção para garantir a biossegurança dos pesquisadores e demais profissionais envolvidos no manejo de modelos animais.

- As diretrizes acima descritas deverão ser observadas, quando aplicáveis, no manejo de animais utilizados em atividades didáticas.
- Os procedimentos operacionais, especialmente os que se referem ao alojamento, nutrição e morte dos animais poderão ser orientados pelos seguintes documentos:
 - Manual para Técnicos em Bioterismo (COBEA/Brasil);
 - Guide for the Care and Use for Laboratory Animals ILAR/EUA;
 - Animal (Scientific Procedures) Act 1986 - Reino Unido;
 - Guide to the Care and Use of Experimental Animals (CCAC/Canadá);
 - European Directive 86/609/EEC - Convention for the Protection of Vertebrate Animals Used for Experimental and other Scientific Purposes (1986) - Council of Europe;
 - Report of the AVMA Panel on Euthanasia (EUA).

Transcrição de: OS DEVERES DOS PESQUISADORES PARA COM OS ANIMAIS DE EXPERIMENTAÇÃO: uma proposta de auto-regulamentação (RAYMUNDO, 2000).

Como referido anteriormente, todo projeto de pesquisa (independente do seu delineamento) deve ser submetido à apreciação por um Comitê de Ética em Pesquisa – CEP (para as pesquisas que serão realizadas em instituições que tenham CEP próprio, o projeto deve ser encaminhado **prioritariamente** para este), e só depois de aprovado, é que o pesquisador pode iniciar o trabalho.

Para encaminhamento do projeto de pesquisa ao CEP, recomenda-se ao pesquisador que entre em contato com a secretaria do Comitê ao qual será encaminhado para confirmar o **nome do coordenador, documentos e número de vias** necessárias ao mesmo. **Vias de regra**, são solicitados os seguintes documentos:

1. Folha de rosto preenchida (**ANEXO C**);
2. Carta de solicitação de parecer ao Comitê de Ética em Pesquisa (**APÊNDICE H**);
3. Projeto de pesquisa;
4. Termo de compromisso do orientador (**APÊNDICE I**);

5. Termo de compromisso do(s) pesquisador(es) (**APÊNDICE J**);
6. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [deve constar o endereço do CEP, telefone e e-mail ao qual será encaminhado no rodapé da página] (**ANEXO B**);
7. Currículo Lattes do(s) pesquisador(es);
8. Currículo Lattes do orientador;

Obs: O parecer de aprovação do CEP original permanece com o(s) autor(es), devendo ser anexado a monografia. Será encaminhada cópia do parecer a Coordenação do TCC.

COMITÊ	COORDENADOR(A)	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Instituto de Ciências da Saúde ICS/UFPA	Wallace Raimundo Araújo dos Santos	Av. Perimetral, Campus Profissional, Complexo de sala do CCS, sala 14 - Guamá	(91) 3201-8028	cepccs@ufpa.br
Hospital Universitário João de Barros Barreto HUJBB	Eduardo Leitão Maia da Silva	Rua dos Mundurucus, 4487 - Guamá	(91)3201 6652 (91)3201 6653	cephujbb@ufpa.br cephujbb@yahoo.com.br
Centro de Ciências Biológicas (pesquisa com animais) CEPAE /UFPA	Antônio Pereira	Laboratório de Neuroproteção e Neuroregeneração Experimental CCB/UFPA	32017601	cepae@ufpa.br
Núcleo de Medicina Tropical NMT	Maria da Conceição Nascimento Pinheiro	Av. Generalíssimo Deodoro, 92 – Umarizal	(91) 3201 6841	cepbel@ufpa.br
Santa Casa de Misericórdia do Pará FSCMPA	Simone Regina Conde	Av. Generalíssimo Deodoro, Umarizal	(91)40092221	
Instituto Evandro Chaves IEC	Manoel do Carmo Pereira Soares	Av. Almirante Barroso, 492 – Marco	(91) 3202 4670	Seac@iec.pa.gov.br
Curso de Medicina UEPA	Marcus Vinícius Henriques Brito	Tv. Perebebuí, 2623 66870-067	(91)32772626 32760820	ice@uepa.br
Universidade da Amazônia UNAMA	Maisa Sales Gama Tobias	Av. Alcindo Cacela. Núcleo de Pesquisa e meio Ambiente, 3º andar – BI E - Umarizal	(91) 4009 3284 4009 3084	cep@unama.br
Centro Superior de Educação do Pará CESUPA	Alcyr Sousa	Av. Nazaré, 630 Nazaré	(91) 4009 2113	cep@cesupa.br

Fonte: Coordenação do TCC de Medicina-UFPA (2007)

QUADRO 1- COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA NO ESTADO DO PARÁ

OBS: Consultas ao CONEP (<http://conselho.saude.gov.br/comissao/eticapesq.htm>)

4. PROJETO DE PESQUISA

4.1 APRESENTAÇÃO

Como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige que as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas, e para tal, é necessário que se delinee o projeto de pesquisa para que se tenha condição de avaliar a exeqüibilidade da proposta em suas diferentes etapas.

Em ambiente acadêmico a pesquisa é desenvolvida dentro de um contexto com base teórica onde se deseja testar determinado aspecto de um campo do conhecimento ou expandir o seu domínio.

O projeto de pesquisa deverá ser redigido de modo conciso e direto. O autor deverá ter cuidado e respeito à linguagem, à nomenclatura e à autoria. As informações deverão ser obtidas através de uma revisão da literatura correlata e sua redação deverá estar de acordo com as normas* de elaboração recomendadas pela instituição responsável pela pesquisa.

*** Normas de citação e referências estão disponíveis no capítulo 5 deste manual.**

É de responsabilidade dos autores:

- a) Realizar pesquisa criativa com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento.
- b) Assegurar o bem estar e o tratamento humanitário dos seres humanos, animais de experimentação e a proteção/segurança dos pesquisadores.
- c) Durante o processo de investigação e na publicação, o autor não deverá:
 - apresentar dados de outros como se fosse seu;
 - falsificar total ou parcialmente o relato da pesquisa;
 - suprimir ou alterar dados que não estejam de acordo com o objetivo proposto.
- d) A co-autoria deve ser dada apenas àqueles que contribuíram intelectual e cientificamente, de maneira significativa na execução do trabalho.

- e) Todos os autores devem participar na redação e editoração do manuscrito, receber cópia do manuscrito e concordar em compartilhar a responsabilidade pelos resultados.

4.2 INSTRUÇÕES PRELIMINARES

O projeto de pesquisa deverá estar digitado no anverso (frente) da folha, contendo no mínimo 12 (doze) e no máximo 18 (dezoito) páginas [excluindo os apêndices e anexos] de conformidade com o que é a seguir especificado:

Fonte: Times New Roman ou Arial.

Tamanho: 12.

Espaçamento entre linhas: 1,5.

Espaçamento entre parágrafos é duplo.

Tamanho da folha: papel formato A4.

Cor: branco.

Margens:

Superior = 3 cm;

Inferior = 2 cm;

Esquerda = 3 cm;

Direita = 2 cm.

Numeração da página deve ser no canto superior direito. Contada a partir da folha de rosto e impressa na 1ª folha do capítulo de introdução.

Para a montagem do projeto, o(s) autor(es) deverá(ão) entrar em contato prévio com o orientador que deverá discutir o tema e a elaboração do mesmo pelo(s) aluno(s). De modo geral, o projeto deverá contemplar os itens referidos abaixo, devendo estar adequado ao tipo de pesquisa a ser realizada:

4.3 ESTRUTURA

O projeto de pesquisa deve constar de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, e sua apresentação deve seguir a estrutura abaixo (NBR 15287:2005):

CAPA (OBRIGATÓRIO)

FOLHA DE ROSTO (OBRIGATÓRIO)

SUMÁRIO (OBRIGATÓRIO)**1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. PROBLEMA
- 1.2. HIPÓTESE(S) (Quando couber(em))
- 1.3. OBJETIVO(S)
- 1.4. JUSTIFICATIVA.

2. REVISÃO DA LITERATURA**3. CASUÍSTICA / MATERIAL E MÉTODOS.****4. ORÇAMENTO****5. CRONOGRAMA****REFERÊNCIAS****APÊNDICES****ANEXOS****OBS:**

1. A CAPA, O SUMÁRIO E OS APÊNDICES E ANEXOS DEVERÃO SER APRESENTADOS EM FOLHAS INDIVIDUAIS, OS DEMAIS ITENS SERÃO ORDENADOS DE MANEIRA SEQUÊNCIAL.
2. AS PÁGINAS QUE COMPREENDEM A PARTE TEXTUAL DO PROJETO DEVERÃO ESTAR RUBRICADAS PELO ORIENTADOR.
3. PESQUISA CUJA METODOLOGIA UTILIZAR DADOS SECUNDÁRIOS (REGISTROS HOSPITALARES, PRONTUÁRIOS, OUTROS) DEVERÁ INSERIR NO PROJETO O ITEM **ASPECTOS ÉTICOS**.

4.3.1- ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

- Capa.
- Folha de Rosto.
- Sumário.

DETALHAMENTO:**CAPA**

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE FACULDADE DE MEDICINA</p> <p>MARCO ANTONIO DOS SANTOS</p> <p>UM ESTUDO ATUAL SOBRE INCIDÊNCIA DE MENINGITE EM BELÉM período de 2003 a 2005.</p> <p>Belém 2007</p>

FOLHA DE ROSTO

<p>MARCO ANTONIO DOS SANTOS</p> <p>UM ESTUDO ATUAL SOBRE INCIDÊNCIA DE MENINGITE EM BELÉM período de 2003 a 2005.</p> <p>Projeto de pesquisa da monografia de Conclusão de Curso de Medicina pela Universidade Federal do Pará. Orientador: Prof. Orlando Dias</p> <p>Belém 2007</p>

SUMÁRIO

SUMÁRIO	
1. INTRODUÇÃO.....	03
1.1. PROBLEMA.....	03
1.2. HIPÓTESE(S).....	03
1.3. OBJETIVOS.....	04
1.4. JUSTIFICATIVA.....	04
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	05
3. CASUÍSTICA/ MATERIAL E MÉTODO.....	10
4. ORÇAMENTO.....	11
5. CRONOGRAMA.....	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
APÊNDICES	
ANEXOS	

4.3.2- ELEMENTOS TEXTUAIS

4.3.2.1. INTRODUÇÃO

Esta seção define brevemente o problema a ser estudado, os objetivos do trabalho, as razões de sua realização, o enfoque dado ao assunto e sua relação com outros estudos. Recomenda-se ser iniciada com uma informação de impacto, que chame a atenção do leitor para o tema abordado. Pode também referir conceitos, aspectos históricos, sociais, econômicos, dados clínicos e epidemiológicos.

Deve-se apresentar quando acessíveis informações atuais, que sejam relevantes a nível mundial, nacional, regional e local, no intuito de situar o leitor no atual estado de conhecimento sobre o assunto.

Essa introdução **pode ser elaborada de forma corrente ou apresentar subseções**, como as que são apresentadas a seguir:

4.3.2.2. PROBLEMA

Toda pesquisa tem origem na percepção de um problema, percebido por aqueles que estão abertos à compreensão e análise dos fenômenos da realidade. Sua formulação depende de um referencial teórico consistente e atual.

O problema pode ser definido baseando-se em experiências cognitivas anteriores, bem como, em investigações exploratórias ou a partir da necessidade que o pesquisador tem de complementar acervos sobre determinados fenômenos.

Ressalta-se que não existem regras claras que possam ser aplicadas invariavelmente nesse processo de formulação do problema. Algumas perguntas, no entanto, poderão ser úteis para avaliar em que medida o problema proposto está em condições de ser investigado:

- O tema é de interesse do pesquisador?
- O problema apresenta relevância teórica e prática?
- Existe material bibliográfico suficiente e disponível para seu equacionamento e solução?
- O pesquisador dispõe de tempo e outras condições de trabalho necessárias ao desenvolvimento da pesquisa?

Somente a partir do momento que o pesquisador tem uma idéia clara daquilo que pretende fazer a respeito do assunto escolhido é que está em condições de iniciar seu trabalho. Não basta, por exemplo, pretender estudar o desemprego, nem mesmo o desemprego no Brasil ou em determinado estado. É preciso se definir com clareza o que se quer saber acerca do desemprego: “como ocorre?”, “onde ocorre?”, “quando ocorre?”, “quais suas causas?” ou “quais suas conseqüências?”. Ou seja,

deve apresentar realmente o que se quer saber e/ou o que se pretende estudar com a pesquisa. Gil (2002, p.27-29) apresenta algumas regras práticas para a formulação do problema do estudo:

(a) deve ser formulado como pergunta:

Se alguém disser que vai pesquisar o problema do divórcio, pouco estará dizendo. Mas se propuser: “que fatores provocam o divórcio?” ou “quais as características da pessoa que se divorcia?” estará efetivamente propondo um problema de pesquisa (ibid., p.27).

(b) dever ser claro e preciso:

Um iniciante em pesquisa pode indagar: “como funciona a mente?”. Esse problema não pode ser proposto para pesquisa, porque não está claro ao que se refere. Reformulando a pergunta o problema ficaria mais claro, por exemplo: “Que mecanismos psicológicos podem ser identificados no processo de memorização?” (ibid., p.27).

(c) deve ser empírico:

Recomenda-se que os problemas científicos não devem referir-se a valores, pois conduzem a julgamentos morais, ex: “filhos de camponeses são melhores que filhos de operários?”. Os estudos científicos devem ser estudados objetivamente, como fatos, por exemplo: o problema pode fazer referência a *maus professores*; essa expressão indica valor, mas o pesquisador pode estar interessado em pesquisar professores que seguem práticas autoritárias, não prepara, suas aulas ou adotam critérios arbitrários de avaliação (ibid., p.28).

(d) deve ser suscetível de solução

Um problema pode ser claro, preciso e referir-se a conceitos empíricos, porém não se tem idéia de como seria possível coletar os dados necessários a sua resolução, por exemplo: “ligando-se o nervo óptico às áreas auditivas do cérebro, as visões serão sentidas auditivamente?”. Essa pergunta só poderá ser respondida quando a tecnologia neurofisiológica progredir a ponto de possibilitar a obtenção de dados relevantes. Para formular adequadamente um problema, é preciso ter o domínio da tecnologia adequada a sua solução (ibid., p.28).

(e) deve ser delimitado a uma dimensão viável

Em muitas pesquisas, o problema tende a ser formulado em termos muito amplos, requerendo algum tipo de delimitação, por exemplo: “em que pensam os jovens?”. Seria necessário delimitar a população dos jovens a serem pesquisados mediante a especificação da faixa etária, da localidade abrangida, percepção acerca dos problemas mundiais, atitude em relação a religião, etc. (ibid., p.29).

A formulação do problema, assim como a especificação dos objetivos, pode representar uma longa etapa no processo de pesquisa.

4.3.2.3. HIPÓTESES

Hipótese é uma resposta presumida e provisória que, de acordo com certos critérios, será ou não rejeitada (DORIA FILHO, 1999).

A formulação do problema e das hipóteses subseqüentes constitui-se num processo simultâneo, isto é, na medida em que surge um problema, busca-se estabelecer uma hipótese, contudo, este processo não se dá automaticamente, construir uma hipótese requer: (a) referencial teórico amplo; (b) habilidade técnica-científica para utilizar o esquema teórico; (c) conhecimento de procedimentos metodológicos existentes. Quanto maior sustentação teórico-empírica do pesquisador, maior facilidade na definição de hipóteses.

Barros e Lehfeld (2003) classificam as hipóteses de acordo com a sua natureza em: hipóteses de relação causal e hipótese nula.

- Hipótese causal

As hipóteses causais apresentam uma relação de causa e efeito entre as variáveis denominadas independentes (x) e dependentes (y). É necessário, porém, um acontecimento, ou característica, ser apresentado como fator que determina outra característica ou fenômeno (ibid., p. 49). Ex:

(1) “A migração constante do grupo familiar contribui para a desorganização familiar”.

(2) “A falta de desenvolvimento de atividade de lazer conduz à intensificação do grau de tensão do indivíduo que vive nas cidades”.

- Hipótese nula

A hipótese nula (H_0) é um instrumento estatístico de averiguação de significância da diferença entre dois ou mais grupos de amostras (ibid., p. 50). A “hipótese nula simplesmente afirma que não há diferença entre os grupos estudados; trata-se de uma hipótese que atribui ao acaso a ocorrência do fenômeno ou resultado observado” (DORIA FILHO, 1999, p. 69).

Para se provar a significância das diferenças, de acordo com a hipótese nula, quatro operações devem ser devidamente executadas pelo pesquisador:

1. Estabelecer a conjuntura que em termos de média, não existe diferença significativa entre uma e outra amostra;
2. Determinar um limite de probabilidade (nível de significância) de que certa diferença encontrada seja devida às flutuações da própria amostra;
3. Determinar a prova estatística da hipótese, adotando um nível de significância e do tamanho da amostra capaz de fazê-la representativa;
4. Com base no teste estatístico, procurar tirar a conclusão final sobre a viabilidade de aceitação da hipótese nula.

Exemplos:

- (1) “Homens e mulheres não se diferenciam quanto à aceitação de novos valores culturais”.
- (2) “A renda mensal de operários e operárias, em funções iguais, não é diferente”

A hipótese nula é um resultado possível de observação de um fenômeno que pode ser verificado estatisticamente. Dependendo dos objetivos da pesquisa e do nível de conhecimento que o pesquisador possui do comportamento das variáveis, e as possibilidades de mensuração, define-se o tipo de hipótese para nortear o estudo.

OBS: A formulação e teste das hipóteses requerem fundamentação da estatística analítica. Desta maneira, recomenda-se consulta a referências específicas e acompanhamento do orientador.

Recomenda-se: Livro: INTRODUÇÃO À BIOESTATÍSTICA: para simples mortais (autor: Ulysses Doria Filho)

4.3.2.4. OBJETIVOS

Nesta parte devem ser apresentados os objetivos da pesquisa em termos claros e precisos. Recomenda-se, portanto, que em sua redação sejam utilizados verbos de ação, como: avaliar, relacionar, comparar, identificar, verificar, descrever, analisar, etc. Os objetivos podem ser divididos em:

- **Objetivo geral:** define o que se pretende alcançar com a realização do trabalho; expressa a intenção de contribuir para a solução do problema que foi colocado.

- **Objetivos específicos:** determinar aspectos que contribuem para que se alcance o objetivo geral; expressam proposta particular de uma solução para o problema que foi colocado, ou parte dele.

Exemplo:

OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre o processo produtivo e os efeitos deste, sobre a saúde dos trabalhadores do artesanato de miriti de Abaetetuba-Pa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o perfil demográfico e ocupacional da população de estudo
- Conhecer a cadeia de produção.
- Identificar fatores de risco ocupacionais à saúde dos artesãos de miriti.
- Observar a existência de agravos à saúde do trabalhador.
- Identificar medidas de prevenção individual e coletiva adotadas no processo de produção de artefatos de miriti.
- Avaliar a importância econômica do artesanato na vida dos trabalhadores.

4.3.2.5. JUSTIFICATIVA.

Deve apresentar elementos que respondam a seguinte questão: **“Por que se pretende realizar a pesquisa?”**. Deve-se explicitar os motivos que justificam a pesquisa, em termos de aplicação e relevância em relação ao contexto social e científico e/ou outros contextos de acordo com o tema abordado.

É importante referir os aspectos que garantam a originalidade da pesquisa, ressaltando os elementos inovativos do trabalho, não esquecendo de relacioná-los com o referencial teórico abordado na introdução e na revisão da literatura.

4. 3.2 REVISÃO DA LITERATURA (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA)

É a contextualização teórica do problema e o seu relacionamento com o que tem sido investigado a seu respeito. Deve esclarecer, portanto, os pressupostos

teóricos que dão fundamentação à pesquisa e as contribuições proporcionadas por investigações anteriores.

OBS: A BUSCA da literatura deverá ser completa, ampla e profunda, utilizando-se da pesquisa bibliográfica. Recomenda-se que seja feita com o auxílio do Serviço de Pesquisa oferecido pela Biblioteca do ICS e demais congêneres. Esta busca deve ser realizada pelo próprio pesquisador. Não utilizar terceiros para esta tarefa.

RECOMENDAÇÕES:

- PREFERENCIALMENTE, PROCURE SEMPRE SE BASEAR NAS PUBLICAÇÕES MAIS RECENTES (ÚLTIMOS 10 ANOS). EVITE OS LIVROS ULTRAPASSADOS, MAS, SE NECESSÁRIO, REFERÊNCIAS MAIS ANTIGAS E HISTÓRICAS PODEM SER UTILIZADAS.
OBS: QUANDO UMA PUBLICAÇÃO É EDITADA EM PORTUGUES, HÁ UM ATRASO DE PELO MENOS 5 ANOS DE SUA EDIÇÃO NA LÍNGUA ORIGINAL.
- EVITE SITES PESSOAIS – SE NÃO HOUVER OUTRA FONTE MAIS CONFIÁVEL – UTILIZE MATERIAL DOS SITES INSTITUCIONAIS GOVERNAMENTAIS, DOS CENTROS DE PESQUISA E DE UNIVERSIDADES.

4.3.3 METODOLOGIA (MATERIAL OU CASUÍSTICA E MÉTODO)

Deve explicitar os procedimentos a serem seguidos na investigação. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa. Requer-se, no entanto, a apresentação de informações acerca de alguns aspectos, como os referidos por Gil (2002, p. 162):

4.3.3.1 Tipo de pesquisa

Deve-se esclarecer se a pesquisa é de natureza exploratória, descritiva ou explicativa. Convém, ainda, esclarecer acerca do tipo de delineamento a ser adotado (experimental, estudo de caso, epidemiológico, meta-análise, etc).

Ao descrever o tipo de estudo seja preciso para que aqueles que leiam o projeto saibam exatamente qual o tipo de estudo que está sendo utilizado para responder à pergunta da pesquisa.

4.3.3.2 Local

Na elaboração do projeto de pesquisa ter clara a definição dos termos "local" e "instituição".

Local – diz respeito ao lugar onde está sendo realizada a pesquisa, onde os sujeitos da pesquisa são atendidos, é o conjunto de elementos onde, cada um deles, apresenta uma ou mais características em comum. Por exemplo: Hospital de assistência terciária.

Instituição – é o local com o qual os autores/orientador(es) têm um vínculo (serviço e ou departamento). É o nome da instituição ao qual pode ser atribuída a pesquisa.

4.3.3.3 População e amostra do estudo

Envolve informações acerca do universo a ser estudado, da extensão da amostra e da maneira como será selecionada. Devem ser enfatizados os critérios de inclusão e exclusão da amostra.

4.3.3.4 Coleta de dados

Determinar o *modo da coleta de dados*, se por entrevistas, questionários, ou outro meio, os testes ou escalas deverão ser incluídos, quando for o caso. Quando a pesquisa envolver técnicas de entrevistas ou de observação, deverão ser incluídos ou citados nesta parte também as variáveis de estudo que serão estudadas e os roteiros a serem seguidos, como por exemplo, o termo de consentimento livre e informado.

4.3.3.5 Procedimentos

Descrever a forma de intervenção, o teste diagnóstico ou exposição, se necessário.

4.3.3.6 Análise dos dados

Descrever os procedimentos adotados tanto para análise quantitativa (p. ex: testes de hipótese, testes de correlação, os programas estatísticos utilizados, etc) quanto qualitativa (p. ex: análise de conteúdo, análise de discurso, etc).

Obs: Nas pesquisas em que o material usado é o paciente, a expressão **“material”** deve ser substituída por **“casuística”**.

5. CRONOGRAMA

Apresenta a distribuição temporal das atividades relativas aos itens do TCC.

MODELO (As etapas devem ser adequadas ao tipo de pesquisa)

ETAPAS	2007											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
DEFINIÇÃO DO TEMA	X											
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	X	X	X									
ELABORAÇÃO DO PROJETO				X								
ENCAMINHAMENTO AO CEP					X	X						
COLETA DE DADOS							X	X				
ANÁLISE DOS DADOS								X	X	X		
REVISÃO FINAL											X	
APRESENTAÇÃO												X

6. ORÇAMENTO

Apresenta uma estimativa dos recursos necessários para a realização do trabalho. Deve-se registrar se o projeto recebe auxílio financeiro e o montante a ser empregado.

MODELO (As fases devem ser adequadas ao custo estimado da pesquisa)

FASES	QT.	VALOR (R\$)
1. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO		
1.1 Artigos científicos		
1.2 Fotocópia		
2. COLETA E ANÁLISE DE DADOS		
2.1 Questionário (xerocópias)		
2.2 Transporte		
3. APRESENTAÇÃO		
3.1 Papel		
3.2 Cartucho de tinta		
3.3 Encadernação		
3.4 Disquete e/ou CD		
Total		R\$

4.3.3- ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

- **REFERÊNCIAS**

A NBR-1023 da ABNT modificou o uso do termo: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, que passou a ser: REFERÊNCIAS.

Trata-se da LISTA que (obrigatoriamente) deve conter **todas as referências de autores e/ou trabalhos citados na parte textual da monografia**. Deve ser elaborada de acordo com a **ABNT NBR 6023**.

As referências que não foram citadas no texto também podem ser incluídas nessa lista, a qual deve ser **organizada em ordem alfabética** pelo sobrenome do autor, caso as citações no texto tenha sido por AUTOR-ANO.

Obs: recomenda-se para o projeto de pesquisa o mínimo de 10 referências.

- **ANEXOS/APÊNDICES**

Documentos ou textos de fontes diversas que não correspondem a dados dos autores (anexos) ou que sejam de autoria dos autores do TCC (apêndices).

Exemplos:

- Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa (ANEXO);
- Termo de Aceite do Orientador (APÊNDICE);
- Curriculum vitae do(s) autor(es) e orientador(es) (ANEXO);
- Protocolo de pesquisa (APÊNDICE);
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE);

5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

5.1- APRESENTAÇÃO

Este capítulo contém orientações que visam sanar dúvidas e dificuldades que se apresentem durante a elaboração da monografia do TCC. Sua estruturação deve seguir as orientações contidas nas normas da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (**ABNT**):

- NBR 10520 (Informação e Documentação – Citações em documentos – Apresentação)
Vigente (Ago 2002);
- NBR 6023 (Informação e Documentação – Referências – Elaboração)
Vigente (Ago 2002);
- NBR 14724 (Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação)
Vigente (Jan 2006);

5.2- FORMATAÇÃO GRÁFICA

• Margens

margem esquerda	3 cm
margem direita	2 cm
margem superior	3 cm
Margem inferior	2 cm

• Espacejamento

Entrelinhas	espaço 1,5 (um e meio)
Entre parágrafos	espaço duplo (dois enter)
Entre o título do capítulo e início do parágrafo	espaço duplo (dois enter)

• Tipo de letra e Fonte

Recomenda-se o uso da fonte **Times New Roman** e/ou **Arial**;

Tamanho de letra **12**.

- **Numeração de páginas**

A numeração das páginas começa a ser contada **a partir da Folha de Rosto**, mas só são impressas no **canto superior direito**, a partir do **capítulo da Introdução**, em **algarismos arábicos**. Não é necessário numerar as páginas pré-textuais com algarismos romanos.

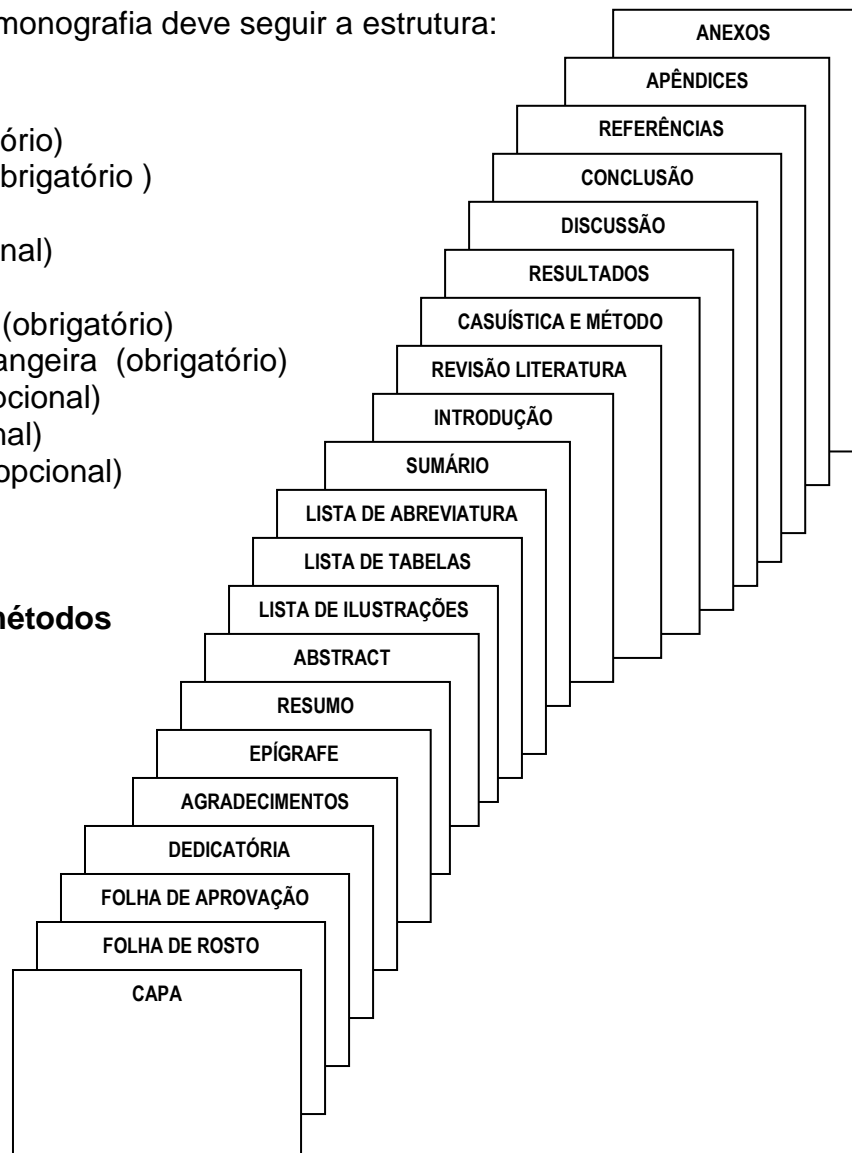
- **Papel**

O papel deve ser de cor branca, de boa qualidade que permita a reprodução e leitura, no formato A-4 (tamanho 210mm X 297mm).

5.3- ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação da monografia deve seguir a estrutura:

Capa (obrigatório)
Folha de rosto (obrigatório)
Folha de aprovação (obrigatório)
Dedicatória (opcional)
Agradecimentos (opcional)
Epígrafe (opcional)
Resumo em português (obrigatório)
Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
Lista de ilustrações (opcional)
Lista de tabelas (opcional)
Lista de abreviaturas (opcional)
Sumário (obrigatório)
Introdução
Revisão de Literatura
Material/Casuística e métodos
Resultados
Discussão
Conclusão
Referências
Apêndices
Anexos



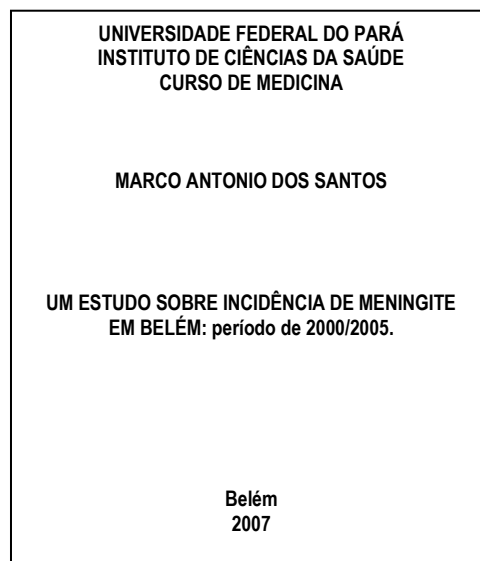
5.4- ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

• Capa

É a cobertura externa do trabalho. Fica a critério do autor **incluir ilustrações**; o **tamanho da letra** pode ser maior, dando **destaque ao título** e ao **nome dos autores**, porém é indispensável que contenha os dados abaixo:

- **nome da instituição** (não é necessário o uso do **timbre** da UFPA)
- **título**
- **subtítulo** (se houver)
- **nome(s) do(s) autor(es)**
- **local** (nome da cidade)
- **ano**

Observação: Caso haja um subtítulo, o mesmo pode ser indicado por dois pontos(:) após o título, ou destacando o tamanho da letra para uma fonte menor que a do título.



MODELO DE CAPA

• Folha de rosto

É a folha que apresenta todos os dados que identificam a obra, ela é indispensável em qualquer tipo de trabalho (NBR 10524). Deve conter os seguintes elementos:

- > **nome do autor**
- > **título + subtítulo**
- > **indicação do tipo de trabalho** apresentado e nome do orientador
- > **local** (cidade em que foi realizado o trabalho)
- > **ano** (em que foi realizado)

<p>MARCO ANTONIO DOS SANTOS</p> <p>UM ESTUDO SOBRE INCIDÊNCIA DE MENINGITE EM BELÉM: período de 2000/2005.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau em Medicina pela Universidade Federal do Pará. Orientador : Prof. Orlando Dias.</p> <p>Belém 2007</p>

FOLHA DE ROSTO

FICHA CATALOGRÁFICA - Para o TCC, não é obrigatória, mas, se o autor do TCC quiser apresentá-la, é opcional. **Para Dissertações e Teses é exigida a ficha catalográfica**, a qual deve ser digitada no verso da folha de rosto e **elaborada com o auxílio de bibliotecários.**

MODELO DE FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Moraes, Silvio Nazareno de.

Impacto do FNO – Industrial (PRODESIN) na geração de emprego e renda no setor industrial na Região Norte / Silvio Nazareno de Moraes; orientador, José Prado de Souza. — 2003

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Centro Sócio-Econômico, Departamento de Administração, Belém, 2003.

Constitucional de Financiamento do Norte (Brasil). 2. Desenvolvimento econômico – Brasil, Norte. 3. Concentração industrial – Brasil, Norte. I. Título.

CDD:

• Folha de aprovação

Folha de registro do **processo de avaliação**. Deve conter:

- > **nome do autor**
- > **título + subtítulo**
- > **indicação do tipo de trabalho** apresentado e nome do orientador

- > **nome do examinador, instituição** a que pertence e espaço para assinatura dos componentes da banca examinadora.
- espaço para **data do julgamento e conceito**.

<p>MARCO ANTONIO DOS SANTOS</p> <p>UM ESTUDO SOBRE INCIDÊNCIA DE MENINGITE EM BELÉM: período de 2000/2005.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau em Medicina pela Universidade Federal do Pará.</p> <p>Banca examinadora:</p> <p>_____</p> <p style="text-align: center;">Orientador</p> <p>_____</p> <p style="text-align: center;">Nome / Instituição</p> <p>_____</p> <p style="text-align: center;">Nome / Instituição</p> <p>Aprovado em: ___ / ___ / ___</p> <p>Conceito: _____</p>

FOLHA DE APROVAÇÃO

• Dedicatória

Folha em que o autor presta homenagem dedicando o trabalho a outras pessoas, como parentes, amigos (é um item opcional).

OBS: Não se escreve a palavra Dedicatória no alto da página. Quando o trabalho tem mais de um autor, as dedicatórias podem vir juntas em uma mesma folha ou individualmente se preferir.

<p>Aos meus pais que jamais deixaram de incentivar a minha carreira acadêmica.</p> <p style="text-align: right;">Marco Antonio.</p> <p>Ao meu esposo e filhos pelo amor e compreensão.</p> <p style="text-align: right;">Lúcia Campos.</p>

DEDICATÓRIA

• Agradecimentos

Folha onde o autor registra os agradecimentos àqueles que contribuíram de maneira relevante: o Orientador, Co-orientador, a Instituição e outros que colaboraram com a pesquisa (**item opcional**).

OBS: **Escreve-se** no alto da página a palavra **AGRADECIMENTOS**.

• Epígrafe

É a citação de um pensamento que, de certa forma, deve ser relacionado com o conteúdo do trabalho (**item opcional**).

OBS: **Não se escreve** a palavra **EPÍGRAFE** no alto da página.

<p>AGRADECIMENTOS</p> <p>Ao Prof. Paulo Roberto Marcondes pelo valioso auxílio na orientação deste trabalho;</p> <p>A Profa. Maria Cecília Oliveira pela orientação no tratamento estatístico dos dados obtidos e pelas sugestões sempre pertinentes;</p> <p>Aos funcionários do Setor de Prontuários do Hospital Oswaldo Cruz;</p> <p>A todos que de forma direta ou indireta colaboraram para a realização deste trabalho.</p>

AGRADECIMENTO

<p><i>O que sabemos é uma gota. O que ignoramos é um oceano.</i></p> <p><i>Isaac Newton.</i></p>
--

EPÍGRAFE

• Resumo

Deve apresentar de forma concisa o assunto central da pesquisa, os objetivos, o método, os resultados e as principais conclusões. Recomenda-se que **sua extensão fique entre 150 e 500 palavras**. Deve ser redigido **na 3ª pessoa** do singular, recomenda-se **o uso de parágrafo único**. Deve-se evitar abreviaturas, fórmulas e a inclusão de citações bibliográficas. Abaixo do texto do resumo **são escritas as palavras-chave e/ou descritores** representativos do conteúdo do texto.

- **Resumo em língua estrangeira (abstract)**

Corresponde à tradução do resumo em português, **para o inglês**, que é o idioma de divulgação internacional. Deve conter logo abaixo do texto as **palavras-chaves** e/ou (**key-words**).

- **Lista de ilustrações**

É a página que contém a relação seqüencial de figuras (gráficos, lâminas, mapas etc.), com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da página. Quando necessário recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração.

Atenção: esta folha é opcional, **só é recomendada** se forem apresentadas **uma quantidade acima de 10 (dez) figuras** (ver modelo abaixo).

- **Sumário**

É a enumeração das principais seções, feita na mesma ordem em que se sucedem no texto, identificado por **números arábicos**.

SUMÁRIO	
1.	INTRODUÇÃO10
1.1	OBJETIVOS.....11
2.	REVISÃO DA LITERATURA13
3.	MATERIAL E MÉTODO15
3.1	TIPO DE PESQUISA.....15
3.2	AMOSTRA.....16
3.3	COLETA DE DADOS.....16
3.4	ANÁLISE ESTATÍSTICA.....17
4.	RESULTADOS19
5.	DISCUSSÃO20
6.	CONCLUSÃO25
	REFERÊNCIAS.....28
	APÊNDICES.....31
	ANEXOS.....32

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
(Título das figuras) (pág.)	
Fig. 1 -
Fig. 2 -
Fig. 3 -
Fig. 4 -
Fig. 5 -
Fig. 6 -
Fig. 7 -
Fig. 8 -
Fig. 9 -
Fig.10-

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Para destacar os títulos das seções, utiliza-se os recursos CAIXA-ALTA, caixa-baixa, negrito, itálico, etc.

Exemplo:

- 1. SEÇÃO PRIMÁRIA**
- 1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA
- 1.1.1 Seção terciária**
- 1.1.1.1 Seção quaternária
- 1.1.1.1.1 *Seção quinária*

LISTA DE TABELAS	
(Título da tabela)	nº pág.
Tab. 1 -
Tab. 2 -
Tab. 3 -
Tab. 4 -
Tab. 5 -
Tab. 6 -
Tab. 7 -
Tab. 8 -
Tab. 9 -
Tab. 10 -
Tab. 11 -

LISTA DE ABREVIATURAS	
(escrever o significado por extenso)	
ECG -	
TPM -	
DST -	

• Errata

Elemento opcional (FOLHA AVULSA) que deve ser inserido logo após a folha de rosto, constituído pela referência do trabalho e pelo texto da errata. Disposto da seguinte maneira:

Exemplo:

ERRATA

FOLHA	LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
32	3	publicacao	publicação

5.5- ELEMENTOS TEXTUAIS

• Introdução

É a primeira parte ou primeiro capítulo do trabalho. Deve fornecer ao leitor a definição do assunto, as delimitações e seu relacionamento com outros estudos sobre o mesmo assunto, inclusive, informações sobre os antecedentes que motivaram a realização do trabalho e a importância do problema a ser tratado, a

justificativa quanto à relevância e contribuição do estudo, os **objetivos propostos**, a formulação de hipóteses.

Obs: Os objetivos podem vir inseridos no texto da introdução ou como um item em separado, como demonstrado abaixo:

1. Introdução.
 - 1.1. Objetivo Geral.
 - 1.2. Objetivos específicos.

• **Revisão da Literatura e/ou marco teórico**

É a reunião da literatura correlata ao tema do TCC, selecionada entre os autores que publicaram trabalhos relevantes, com o objetivo de:

- (1) Situar o leitor com informações sobre o assunto em estudo, a partir da leitura de trabalhos de outros pesquisadores que também já exploram o tema, visando identificar as soluções e sugestões apresentadas, aspectos ainda não estudados ou resultados que necessitem de continuação ou confirmação;
- (2) Oferecer subsídios informacionais para melhor compreensão e interpretação dos resultados da pesquisa a ser apresentada e confirmar a sua utilidade.

• **Material/Casuística e Método** (procedimentos metodológicos)

Apresenta a descrição minuciosa do objeto de estudo (material) utilizado na pesquisa. Nas pesquisas em que o material usado é o paciente, **a expressão “material”** deve ser substituída por **“casuística.”**

Os procedimentos metodológicos se referem à descrição detalhada do(s) método(s) utilizado(s) para o desencadeamento da pesquisa, de modo que permita ao leitor compreender e interpretar os resultados, disponibilizando dados que possibilitem a reprodução do estudo ou a utilização do método por outros pesquisadores interessados. Deve incluir informações sobre o tipo de estudo, local (ambiente da pesquisa), o período em que foi realizada, a população estudada (amostragem), a técnica de coleta, análise e apresentação dos dados. Esses procedimentos devem ser apresentados na seqüência em que foram processadas cada etapa da pesquisa.

- **Resultados**

Aqui são apresentados os dados resultantes da aplicação da técnica de pesquisa (questionários, entrevistas, formulários, etc.). Grande parte das pesquisas (estudos quantitativos) requer tratamento estatístico dos dados coletados e geralmente são utilizadas ilustrações (tabelas, gráficos e quadros, etc.) para apresentação desses dados.

- **Discussão**

Esta é a principal parte do trabalho, com base nos dados informados no capítulo “**Resultados**” o pesquisador interpreta, justifica e discute os dados da pesquisa apresentados nas tabelas, ou nos gráficos, quadros, etc. confrontando-os com outros trabalhos anteriormente publicados por outros autores citados no capítulo “**Revisão da Literatura**”. A partir dos novos dados obtidos em sua própria pesquisa, o pesquisador tem subsídios para verificar se concorda ou discorda dos dados apresentados por esses autores, em caso de discordância explicar em que ponto existe essa discordância, podendo citar tanto os resultados positivos como os negativos que tenham algum significado. Se for o caso, pode elaborar e sugerir propostas para outras pesquisas.

- **Conclusão**

É o capítulo final do trabalho, no qual o autor expõe a sua conclusão pessoal sobre tudo o que de mais relevante foi comprovado nos resultados e a sua relação com os objetivos propostos na pesquisa, podendo apontar sugestões e/ou recomendações para novos estudos.

5.6- ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

• Referências

A NBR-1023 da ABNT, modificou o uso do termo: **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**, que passou a ser: **REFERÊNCIAS**.

Trata-se da LISTA que (obrigatoriamente) deve conter **todas as referências de autores e/ou trabalhos citados na parte textual da monografia**. Deve ser elaborada de acordo com a **ABNT NBR 6023**.

As referências que não foram citadas no texto também podem ser incluídas nessa lista, a qual deve ser **organizada em ordem alfabética** pelo sobrenome do autor, caso as citações no texto tenha sido por AUTOR-ANO.

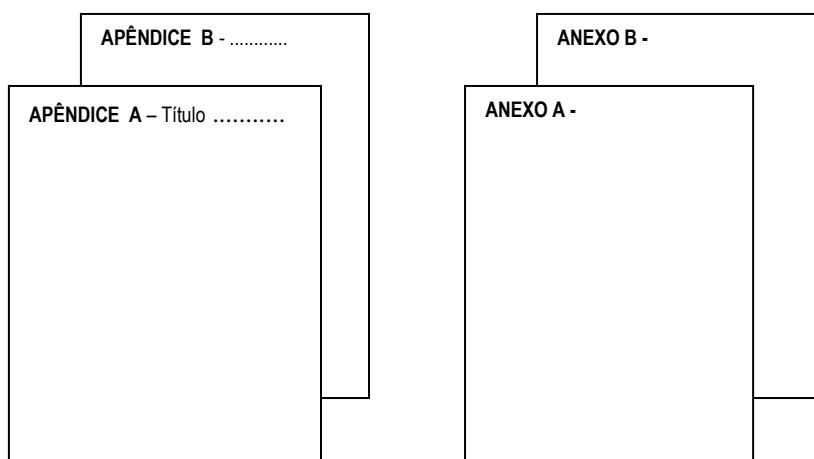
• Apêndices

Os apêndices, são elaborados pelo próprio autor da pesquisa, tem como objetivo reforçar a sua argumentação. Geralmente são textos adicionais. Exemplo: formulários, questionários, tabelas, gráficos, quadros, etc..

• Anexos

Os anexos não são elaborados pelo autor. Servem para fundamentar, comprovar ou ilustrar o texto. Exemplo: Leis, mapas, etc

Os apêndices e os anexos devem ser identificados por LETRAS consecutivas seguidas dos títulos a que se referem, conforme os modelos a seguir:



5.7- ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES

<p>REDAÇÃO</p> <p>A monografia deve considerar alguns pontos fundamentais na sua redação:</p>	<p>Deve ser apresentado de modo legível, em forma de documento impresso ou digitado.</p> <p>Ser redigida com objetividade e clareza, sugere-se o emprego do verbo na 3ª pessoa do singular e sujeito indeterminado. Ex: “foi testado”, “os resultados apresentaram”, “serão realizados”, etc.</p> <p>Deve-se evitar o emprego de certos termos que denotam análise subjetiva tais como: “parece-me”, “acredito que”, “penso que”, etc.</p>																								
<p>SIGLAS E ABREVIATURAS</p> <p>Devem ser escritas por extenso quando forem mencionadas pela primeira vez no texto, seguida de sua respectiva abreviatura entre parêntese.</p> <p>Se forem utilizadas uma grande quantidade de siglas (acima de 10), recomenda-se a elaboração de LISTA.</p>	<p>Exemplo:</p> <p>Organização Mundial de Saúde (OMS)</p>																								
<p>TABELAS</p> <p>As tabelas apresentam informações que foram tratadas (analisadas) estatisticamente.</p> <p>Escreve-se no alto, a palavra TABELA, seguida de hífen e o título da tabela. O formato não pode ser fechado por colunas no meio e nas laterais.</p> <p>Devem ter numeração consecutiva em algarismos arábicos, sempre que possível devem ser centralizados na página.</p> <p>Quando não couberem em uma mesma página, estes podem continuar na página seguinte sem delimitação por traço horizontal na parte inferior, devendo o título ser repetido na página seguinte, acrescentando-se as palavras “continua” ou “continuação”, entre parênteses, logo abaixo do título, no canto superior direito. Quando a largura da tabela ou quadro for maior que a largura da página, esta poderá ser impressa em sentido vertical.</p>	<p>Exemplo:</p> <p>TABELA 1 - Mortalidade neonatal, em Belém, por faixa etária, no período 1998-1999.</p> <table border="1" data-bbox="874 1249 1407 1550"> <tr> <td>XXXXX</td> <td>XXXXX</td> <td>XXX</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>XXX</td> </tr> <tr> <td>XXXX</td> <td>XXXX</td> <td>XXX</td> </tr> <tr> <td>XXXX</td> <td>XXXX</td> <td>XXX</td> </tr> <tr> <td>XXXX</td> <td>XXXX</td> <td>XXX</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>XXX</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>XXX</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>XXX</td> </tr> </table> <p>Fonte: SUS, 1999.</p> <p>As notas indicativas da FONTE, devem ser colocadas no rodapé da tabela e/ou quadro, <u>podendo ser usada uma fonte de letra MENOR que a usada no texto, sugerimos o tamanho 10.</u></p>	XXXXX	XXXXX	XXX			XXX	XXXX	XXXX	XXX	XXXX	XXXX	XXX	XXXX	XXXX	XXX			XXX			XXX			XXX
XXXXX	XXXXX	XXX																							
		XXX																							
XXXX	XXXX	XXX																							
XXXX	XXXX	XXX																							
XXXX	XXXX	XXX																							
		XXX																							
		XXX																							
		XXX																							
<p>ILUSTRAÇÕES</p> <p>São consideradas: desenhos, mapas, esquemas, fluxogramas, organogramas, fotografias, plantas, gráficos, quadros, retratos, etc.</p>	<p>Sua identificação aparece na parte inferior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismo arábico, do respectivo título.</p> <p>Exemplo: Mapa 1 - Estado do Pará.</p>																								

<p>QUADROS</p> <p>A ABNT considera “Quadro a representação tipo tabular que não emprega dados estatísticos”</p> <p>O título do Quadro é apresentado na parte inferior do Quadro, seguindo-se logo abaixo, a indicação da fonte. Devem ter numeração consecutiva em algarismos arábicos.</p>	<p>Exemplo:</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><td>.....</td><td>.....</td><td>.....</td></tr> <tr><td>.....</td><td>.....</td><td>.....</td></tr> <tr><td>.....</td><td>.....</td><td>.....</td></tr> <tr><td>.....</td><td>.....</td><td>.....</td></tr> </table> <p>Fonte: Quadro 1 –</p>
.....											
.....											
.....											
.....											

CITAÇÕES NO TEXTO (APRESENTAÇÃO)

As citações são informações, conceitos, idéias e sugestões retiradas de outras fontes (documentos pesquisados) que podem ser mencionadas na redação da monografia, com a finalidade de enriquecê-la e conferir-lhe maior autoridade. São indispensáveis para comprovar as idéias desenvolvidas no trabalho.

A norma da ABNT-NBR 10520 admite o uso de dois tipos de chamadas de citações no texto: o sistema **numérico** e **autor-ano**.

- **AUTOR-ANO**

Esta citação deve informar: **a autoria, seguida do ano, e o nº da página da fonte consultada**, separados por vírgula no caso de citações diretas (transcrição textual na íntegra de parte da obra do autor consultado), sendo que **a indicação do nº da página é opcional** para as citações indiretas (texto baseado na obra do autor consultado. É feita uma síntese de parte do texto escrito pelo autor da obra consultada, porém, mantendo-se as idéias do mesmo).

A Coordenação do TCC do Curso de Medicina da UFPA **recomenda adotar o uso desse tipo de chamada para a redação dos trabalhos acadêmicos**, por ser um tipo de chamada que permite mais facilmente a identificação do autor citado, atualidade da fonte de referência e por facilitar a organização da Referência em ordem alfabética.

- **NUMÉRICO**

As citações recebem uma identificação numérica única e consecutiva, em vez do nome do autor e do ano. O uso desse tipo de chamada implica na lista de Referências ser organizada pela mesma ordem dos números das citações e não em ordem alfabética, o que requer atenção especial na elaboração da mesma.

Exemplo: “Alguns autores ^(1,2,3) relatam que...”.

EXEMPLOS DE CITAÇÕES NO TEXTO

TIPOS	EXEMPLO
--------------	----------------

<p>CITAÇÃO COM O SOBRENOME DO AUTOR INCLUIDO NA FRASE.</p> <p>Na maioria das vezes é utilizada nas citações diretas.</p> <p>Obs: o nome do autor deve ser escrito em letras MINÚSCULAS.</p>	<p>Um autor: Segundo Oliveira (2000, p. 81) “arte da palavra abrange.[...]”</p> <p>Dois autores: Segundo Oliveira e Campos (2000, p. 81) “arte da palavra abrange.[...]”</p> <p>Três autores: Segundo Oliveira; Campos e Silva (2000, p. 81) “arte da palavra abrange.[...]”</p> <p>Quatro autores e mais (mantém-se o sobrenome do 1º autor, seguido pela expressão et al.): Segundo Oliveira et al. (2000, p. 81) “arte da palavra abrange.[...]”</p>
<p>CITAÇÃO EM QUE O(S) SOBRENOME(S) DO(S) AUTOR(ES) SÃO INFORMADOS AO FINAL DO TEXTO CITADO.</p> <p>Na maioria das vezes é utilizada nas citações indiretas.</p> <p>Obs: O sobrenome do autor é escrito em letras MAIÚSCULAS e fica dentro do parêntese. Os sobrenomes dos autores são separados por ponto e vírgula.</p>	<p>Um autor: A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional sem necessidade de deixar o seu lugar de origem (PACHECO, 1997, p. 15).</p> <p>Dois autores: (PACHECO; CAMPOS, 1997, p. 15).</p> <p>Três autores: (PACHECO; CAMPOS; SILVA, 1997, p. 15).</p> <p>Quatro autores e mais (mantém-se o nome do 1º autor, seguido pela expressão et al.): A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional sem necessidade de deixar o seu lugar de origem (PACHECO et al., 1997, p. 15).</p>
<p>CITAÇÃO DIRETA NO TEXTO DE ATÉ TRÊS LINHAS.</p> <p>São citações transcritas da mesma forma como o texto foi escrito pelo autor consultado, estas devem vir redigidas ente aspas duplas e deve ser indicada a página da obra consultada. Se o texto citado já contiver algo entre aspas duplas, estas serão substituídas por aspas simples</p>	<p>“Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA, 1967, p. 293).</p> <p>Como enfatiza Castro (1979, p. 42) “a ciência é uma tentativa de descrever, interpretar e generalizar sobre uma realidade observada”.</p>
<p>CITAÇÃO DIRETA NO TEXTO DE MAIS DE TRÊS LINHAS.</p> <p>Devem constituir um parágrafo independente, recuado a 4 cm da margem esquerda.</p> <p>Recomenda-se ser digitado em espaço simples entre linhas, em fonte menor (nº 10) e sem o uso de aspas.</p>	<p>Castro (1978, p. 57) afirma :</p> <p>Vivemos em um período em que a ciência desfruta de um prestígio jamais inigualado. A reaparição da astrologia, magia, religiões místicas ou fundamentalistas, a tentativa de volta a uma vida mais simples, não passam de nostálgicas e tímidas reações diante de um mundo onde a ciência e a técnica são cada vez mais freqüentemente.</p>
<p>CITAÇÕES DE DIVERSOS DOCUMENTOS DE VÁRIOS AUTORES MENCIONADOS SIMULTANEAMENTE.</p> <p>Devem ser separados por ponto e vírgula em ordem alfabética</p>	<p>Ela polariza e encaminha, sob a forma de demanda coletiva, as necessidades de todos (FONSECA, 1997; PAIVA, 1998 ; SILVA, 2000; OLIVEIRA, 2001).</p> <p>Ferreira (1993); França et al.(1999); Oliveira; Lima e Lima (2004) apresentam de forma segura e concisa uma orientação sobre redação e apresentação de teses.</p>
<p>CITAÇÃO DE CITAÇÃO (emprego do termo apud)</p> <p>É um tipo de citação usada quando se menciona um documento ao qual não se teve acesso, ou seja, a informação do documento foi obtida através de uma citação em outro trabalho. No entanto, recomenda-se, sempre que possível buscar a informação na fonte original.</p>	<p>Conforme Carvalho (1978 apud MIRANDA, 2002, p. 22) “Um conjunto de leis [...]”</p> <p>“[...] o viés organicista da burocracia estatal e o antiliberalismo da cultura política de 1937” (VIANNA, 1986, p. 172 apud SEGATTO, 1999, p. 34)</p> <p>OBS: As citações de citações são relacionadas na lista de Referências, iniciando pelo autor citado, seguindo-se da expressão apud (citado por) e os dados referentes ao autor da obra consultada o citou (veja exemplo em Modelos de Referências, na pág. de apêndices).</p>
<p>CITAÇÃO DE AUTORES COM SOBRENOMES IGUAIS em publicações diferentes</p>	<p>Exemplo: (RODRIGUES, A., 2003; RODRIGUES, D., 2003)</p>
<p>CITAÇÃO DE MANUAIS DE MINISTÉRIOS</p>	<p>Exemplo: (BRASIL, 2006, p. 10-12)</p>

<p>DOCUMENTOS COM MESMO ANO DE PUBLICAÇÃO e mesma autoria</p> <p>OBS: Acrescenta-se <u>após o ano, letras do alfabeto</u></p>	<p>Exemplo: (BRASIL, 2002a) (BRASIL, 2002b)</p>
<p>DADOS OBTIDOS POR INFORMAÇÃO VERBAL (aulas, palestras, entrevista, etc)</p> <p>Os dados disponíveis da informação, devem ser mencionados em nota de rodapé.</p>	<p>Exemplo: O novo medicamento estará disponível até o final deste semestre (informação verbal)¹</p> <p>No rodapé: ¹Comunicação pessoal ao autor em 15 ago. 1995, na Universidade Federal do Pará.</p>
<p>DESTAQUES EM TRECHO DO TEXTO (grifo)</p> <p>Para enfatizar trechos existentes no texto feitas pelo autor da referência consultada, ou pelo autor da monografia atual, deve-se indicar a alteração na citação com as expressões “grifo do autor” e “grifo nosso”.</p>	<p>Destaque existente no texto consultado. Ex: Em 2004 o Brasil registrou 141 mil óbitos, sendo que o câncer de pulmão e estômago foram os principais (INCA, 2005, grifo do autor).</p> <p>Destaque feito pelo autor da monografia atual. Ex: Em 2004 o Brasil registrou 141 mil óbitos, sendo que o câncer de pulmão e estômago foram os principais (INCA, 2005, grifo nosso).</p>
<p>TEXTOS DE INTERNET</p> <p>OBS: É <u>incorreto</u> citar no texto o <u>endereço do site consultado</u>.</p>	<p>Com Autoria: Segue as mesmas orientações das demais referências. Exemplo: “.....” (RODRIGUES, 2006, p. 43).</p> <p>Sem Autoria: Cita-se o nome da instituição responsável. Exemplo: “.....” (FIOCRUZ, 2004, p. 32) Cita-se a primeira palavra do título do documento seguido por reticências Exemplo: “.....” (ASSÉDIO....., 2006, p. 45).</p>
<p>PÁGINAS NA CITAÇÃO</p>	<p>Uma única página: p. 64</p> <p>Páginas consecutivas: p. 30-39; ou p.50 et seq.</p> <p>Páginas não consecutivas: p. 80; 84; 86.</p> <p>Quando é a síntese de várias partes da obra: passim.</p>
<p>COLCHETES</p>	<p>[] Indicam acréscimos e/ou explicações julgadas necessárias á melhor compreensão do texto. Exemplo: “A citação [direta, literal ou textual] deve reproduzir rigorosamente o original” (REY, 1987, p. 21)</p> <p>[...] com reticências. Indicam omissão de palavras ou frases que constam no texto original, mas cuja transcrição é julgada desnecessária. Exemplo: “[...] não se abreviam palavras no texto [...] instituições podem ser abreviadas por suas siglas. As siglas não levam ponto [...]” (CASTRO, 2001, p. 12)</p>
<p>CITAÇÃO QUE SE REPETE SUCESSIVAMENTE NOS PARÁGRAFOS</p> <p>OBS: as expressões utilizadas são abreviaturas latinas</p>	<p>Ibidem ou ibid. Usada no texto para indicar que a obra citada é a mesma da citação anterior. Exemplo: “.....” (ibid.) “.....” (ibid., p. 32). Quando a página da citação é diferente da anterior.</p>

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE REFERÊNCIAS

Após a parte textual do trabalho, deve ser apresentada a lista de referências dos documentos citados no texto, assim como os que foram apenas consultados, cuja organização deve ser feita **em ordem alfabética**, caso tenham sido citadas por AUTOR-ANO. Se as citações tiverem sido pelo sistema NUMÉRICO, a lista deverá ser feita rigorosamente na mesma ordem numérica em que as citações foram se sucedendo no texto .

Para compor uma referência são necessários os seguintes elementos:

NOME DO AUTOR, TÍTULO DA OBRA, Nº DA EDIÇÃO (só a partir da 2.edição), LOCAL DE PUBLICAÇÃO, NOME DA EDITORA, ANO DE PUBLICAÇÃO e Nº DA PÁGINA.

ESPACEJAMENTO (lista de referências)	Entre linhas – espaço simples Entre uma <u>referência</u> e outra – dê 2 (dois) enter
INICIA-SE a referência pelo SOBRENOME do autor em letra MAIÚSCULA	SOUZA, Antonio Rodrigues.
SOBRENOMES que <u>indicam grau de parentesco</u> : Júnior, Neto, Filho, Sobrinho . Referencia-se iniciando pelo <u>sobrenome anterior</u> seguido do nome que indica o parentesco .	SANTOS FILHO, Paulo Lima.
NEGRITO É usado para destacar títulos de livros, dissertações, teses, etc. , sendo que, para as referências de <u>artigos de revistas negrita-se o título do periódico</u> .	Livros (negrita-se o título do livro) Exemplo: LOPES, J.R.L. O Direito na História . São Paulo: Vozes, 2000. Revistas (negrita-se o título (nome) do periódico ou revista). Exemplo: REIS, R. J. et al. Perfil da demanda atendida em ambulatório de doenças profissionais e a presença de lesão por L.E.R. Rev. Saúde Pública , v. 34, n.3, p.73-80, jun. 2000.
ABREVIATURA DE TÍTULOS DE PERIÓDICOS A ABNT, NB-60, admite o uso de abreviaturas de título de periódicos (nome das revistas).	Exemplos: R. brás. Endocrinol. (Revista Brasileira de Endocrinologia) B. acad. Med. (Boletim da Academia de Medicina)
INDICAÇÃO SUCESSIVA DE NOME DE UM MESMO AUTOR Logo após relacionado pela primeira vez, <u>substituir por um travessão</u> , isso evita repetições; o mesmo também se aplica para o título da obra.	PERNETTA, C. Alimentar a criança . 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. _____. Semiologia pediátrica . 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

MODELOS DE REFERÊNCIAS

TIPOS	EXEMPLOS
LIVRO (com um autor).	MARCONDES, E. Pediatria básica . 4.ed. São Paulo: Sarvier, 1994. p.61.

LIVRO (com dois autores).	MARCONDES, E.; COELHO, L.G.P. Pediatria hoje . 2.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999. p.43.
LIVRO (com três autores).	MARCONDES, E.; COELHO, L.G.P.; PERNETTA, C. Alimentar a criança . Rio de Janeiro: Medsi, 1998. p.75.
LIVRO (com mais de três autores) Use a expressão latina et al. (e outros) após nome do primeiro autor da obra.	MENDES, R. et al. Patologia do Trabalho . 2.ed. São Paulo: Sarvier, 2003. p.54-47.
LIVRO (publicado por Organizador; Editor)	MENDES, R. et al. (Org.) Patologia do Trabalho . 2.ed. São Paulo: Sarvier, 2003. p.54-47.
CAPÍTULO DE LIVRO (parte de livro escrito com a colaboração de outros autores) a qual é indicada pela expressão In :	COELHO, L.G.V. Hemorragia digestiva. In: DANI, R.; CASTRO, L.P. Gastroenterologia clínica . 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1993. p.630-641.
ARTIGO DE REVISTAS (periódicos)	MACHADO, I.F. Sífilis congênita. Rev. bras. doenças transmissíveis , v.38, n.12, p.125-128, dez.1998.
APUD “ citado por” → Referência de Citação de Citação.	Livro: ALCÂNTARA, A. A dinâmica de grupos e sua importância no ensino . Rio de Janeiro: SENAI, 1987 apud DILLY, C.M.L.; JESUS, M.C.P. Processo Educativo em Enfermagem: das concepções pedagógicas à prática profissional . São Paulo: Robe, 1995.p.24. Periódicos (revistas): GETTY, R. The gross and microscopic occurrence and distribution of spontaneous atherosclerosis in the arteries of swine . New York: Harper, 1965 apud BESSONE, D. Comparative atherosclerosis. Arch. Cardiology. , v.3, n.9, p.22-28, br. 1993.
MANUAIS DE MINISTÉRIOS da SAÚDE, TRABALHO, JUSTIÇA, etc.	BRASIL. Ministério da Saúde. Divisão de Pneumologia. Manual de controle da Tuberculose . Brasília: MS, 1998. p. 23-27. Retirada da Internet: BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS. Programa Brasileiro de DST e AIDS . Brasília: MS, 2000. p.6-25. Disponível em:< http://www.aids.gov.br >. Acesso em: 12 mar. 2004.
INTERNET Referências de textos COM AUTORIA.	GUIMARÃES, M.C.D. Estudo temporal das doenças associadas a AIDS no Brasil, 1980-1999. Caderno de Saúde Pública , v.16, supl.1, 2000. Disponível em: http://www.scielo.org . Acesso em: 15 mar. 2004.
INTERNET (Referências de textos SEM AUTORIA) OBS: Para esses casos faz-se a referência pelo título do texto , com a 1ª palavra em Caixa Alta.	Exemplo: AVALIAÇÃO de periódicos científicos e técnicos brasileiros. Disponível em: < http://www.sipenet.com.br >. Acesso em: 20 nov 2001.
E-MAIL (Comunicação Eletrônica Pessoal)	FERREIRA, L.H. Resumo sobre aborto [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < liasantos@uol.br > em 30

	jan. 2000.
ANAIS DE CONGRESSOS, SEMINÁRIOS NACIONAIS Trabalhos com autoria, usar a expressão (In:) e o título do evento em Caixa Alta.	VIANA, Dilza Farias. Menopausa : construindo uma nova identidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 35., 1989, São Paulo. Anais. São Paulo: ABEN, 1990. p.34-45.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	KPORY, A. P.; SIMÕES, A. G. Câncer na cavidade oral : estudo de 175 pacientes registrados no Hospital Ophir Loyola. Belém, 1992. 96f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	TORRES, V.L.S. Velhice numa cidade do trópico . Belém, 1998. 145f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.
TESE DE DOUTORADO	CARVALHO, Daclé Vilma. Necessidade territorial do paciente hospitalizado . São Paulo, 1987. 172f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 1987.
ARTIGO DE JORNAIS	MASCARENHAS, M.G. A saúde no Brasil. O Liberal , Belém, 22 out. 1999. cad 2, p.8.
LEIS e PORTARIAS	BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex : Coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento. BRASIL. Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: http://in.gov.br . Acesso em: 22 dez. 1999.
ORGÃOS GOVERNAMENTAIS	SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Florestal. Um estudo de impacto ambiental-EIA, Relatório de impacto ambiental-RIMA : manual de orientação. São Paulo, 1989. 48 p. (Série Manuais).
ENTIDADES e INSTITUIÇÕES	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Catálogo de Teses da Universidade de São Paulo , 1992. São Paulo, 1993. 467 p.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.L.P. **Como elaborar monografias**. 4.ed. rev. atual. Belém: Cejup, 1996.

ARIAS, E.H.L., BAHIA, S.H.A **Normas para apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso**. Belém, 1998. (mimeo).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Informação e documentação -Referências- elaboração**. NBR- 6023. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Informação e documentação - citações em documentos – apresentação**. NBR-10520. Rio de Janeiro, 2002. 4p.

_____. **Informação e documentação - Trabalhos Acadêmicos – apresentação**. NBR 14724. Rio de Janeiro, 2002. 6p.

BARROS, A.J.P.; LEHFELD, N.A.S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 14.ed. Petrópolis: VOZES, 1990.

DORIA FILHO, U. **Introdução a Bioestatística: para simples mortais**. 2.ed. rev. amp. São Paulo: NEGÓCIO EDITORA, 1999.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: ATLAS, 2002.

GOLDIM, J.R. **Ética aplicada à pesquisa em saúde**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 11 mai. 2007.

FFFCMPA. **Comitê de Ética em Pesquisa**. Disponível em: <http://fffcmpa.edu.br>. Acesso em: 12 mai. 2007.

FRANCISCONI, C.F.; GOLDIM, J.R. **Ética aplicada à pesquisa em animais**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 11 mai. 2007.

FRANÇA, J.L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 4.ed. rev. aum. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MIRANDA, J.L.C.; GUSMÃO, H.R. **Apresentação e elaboração de projetos e monografias**. 2.ed. Niterói: EDUFF, 1998.

MOREIRA, S.M.B.L **Normas gerais para elaboração e apresentação de trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)**. Belém, 1997. (mimeo).

PEROTA, M.L.L.R.; CRUZ, A C. **Referências Bibliográficas (NBR 6023):** notas explicativas. 3.ed. Niterói: EDUFF, 1997.

QUEIROZ, V.M. Monografia: sua estrutura básica. **Rev. da Univ. Veiga de Almeida**, Rio de Janeiro, v.6, n.8/9, p.37-49, jan./dez. 1996.

RAYMUNDO, M.M. **Os Deveres dos Pesquisadores para com os Animais de Experimentação: uma proposta de auto-regulamentação.** Porto Alegre, 2000 [dissertação] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO. Disponível em: <http://www.pucminas.br>.2005. Acesso em: 12 mai. 2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. **Normas gerais para elaboração e apresentação de trabalhos de para publicação da UNESP.** São Paulo: UNESP, 1994. Dissertações e teses, v.4.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Biblioteca Central. Divisão de Documentação e Informações Científicas. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos.** Belém,1995. (mimeo).

MODELOS DE APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE ENCAMINHAMENTO DO ORIENTADOR

**À
Coordenação do TCC de Medicina.**

Senhor(a) Coordenador(a),

Encaminho para análise e parecer da Comissão do TCC, o projeto de pesquisa,

Título: _____

dos alunos(as):

Belém, _____/_____/_____ .

Orientador
(CARIMBO)

APÊNDICE B - INSCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE MEDICINA

INSCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título:

Autor(es):

Matrícula

Orientador(es):

Instituição

Área(s) do conhecimento que será realizado o TCC:

Local/instituição onde será desenvolvido:

Belém, ____/____/____

Assinatura Aluno: _____

Aprovado em reunião da Comissão de TCC realizado em ____/____/____

Coordenação: _____

APÊNDICE C -**TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR**

Eu, **(NOME DO OREINTADOR)**, aceito orientar o Trabalho de Conclusão de Curso – T.C.C do curso de medicina da UFPa, intitulado “**(TÍTULO DO TRABALHO)**”, que será desenvolvido pela(s) doutoranda(s) **(NOME DO[S] AUTOR[ES])**, comprometendo-me a dedicar o tempo mínimo de 2 (duas) horas semanais para o acompanhamento do TCC, assim como, de participar da defesa do trabalho como membro examinador, devendo presidir a banca examinadora.

Informo também, ter ciência que a orientação deverá estar de acordo com o manual das orientações para apresentação do TCC e que, na eventual ocorrência de algum fato que prejudique o processo de orientação, o mesmo deverá ser formalmente comunicado a coordenação do TCC.

Belém, de 200.

Assinatura.

Em caso de Coorientação:

Ciente dos termos acima,

Assinatura.

APÊNDICE D - CADASTRO DO ORIENTADOR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE MEDICINA

CADASTRO DO ORIENTADOR

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Sexo: _____

Profissão: _____ Data de nascimento: ___/___/___

Endereço Residencial: _____

_____ Bairro: _____ CEP: _____

Cidade _____ Fone: _____ Fax: _____

E-mail: _____ Celular: _____

Local de trabalho: _____

Função: _____ Cargo: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____

Fone: _____ Fax: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

1 – Graduação: _____ Ano: _____ IES*: _____

2 – Especialização: _____ Ano: _____ IES: _____

3 – Mestrado: _____ Ano: _____ IES: _____

4 – Doutorado: _____ Ano: _____ IES: _____

Instituição de Ensino Superior*III – ÁREA(S) DE CONHECIMENTO QUE ATUA E/OU LINHA(S) DE PESQUISA DESENVOLVIDA(S):**

Belém, ___/___/___

Assinatura: _____

APÊNDICE E - CADASTRO DO(S) AUTOR(ES)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE MEDICINA

CADASTRO DO(S) AUTOR(ES)

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Sexo: _____

Data de nascimento: ___/___/___

Número de matrícula: _____ Turma: _____

Endereço Residencial: _____

_____ Bairro: _____ CEP: _____

Cidade _____ Fone: _____ Fax: _____

E-mail: _____ Celular: _____

Assinatura

Nome: _____ Sexo: _____

Data de nascimento: ___/___/___

Número de matrícula: _____ Turma: _____

Endereço Residencial: _____

_____ Bairro: _____ CEP: _____

Cidade _____ Fone: _____ Fax: _____

E-mail: _____ Celular: _____

Assinatura

Belém, ___/___/___

APÊNDICE F - CARTA DE ENCAMINHAMENTO DO EXAMINADOR**À.****Coordenação do TCC de Medicina.**

Senhor(a) Coordenador(a),

Depois de realizada a ANÁLISE PRÉVIA, encaminhamos a Vossa Senhoria, em anexo, o TCC analisado e o respectivo parecer,

Título: _____

dos(as) alunos(as):

Belém, _____ / _____ / _____ .

RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PRÉVIA

**APÊNDICE G - CARTA DE ENCAMINHAMENTO DO ORIENTADOR
PARA ANÁLISE FINAL**

À

Coordenação do TCC de Medicina.

Senhor(a) Coordenador(a),

Encaminho para análise final, o Trabalho de Conclusão de Curso,

Título: _____

dos alunos(as):

Belém, _____ / _____ / _____ .

Orientador
(CARIMBO)

APÊNDICE H - CARTA DE SOLICITAÇÃO DE PARECER AO CEP

**Ao
Comitê de Ética em Pesquisa do**

Prezados membros,

Solicito a este comitê, a análise e parecer do projeto de pesquisa intitulado
..... o qual será desenvolvido pelos alunos..... .

Atenciosamente,

Belém, de de 200.

Orientador(a) do Projeto.
Contato:

APÊNDICE I -TERMO DE COMPROMISSO DO ORIENTADOR**TERMO DE COMPROMISSO DO ORIENTADOR**

Eu, (ORIENTADOR), professor(a) (IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL), comprometo-me a orientar o trabalho de pesquisa, intitulado “**TÍTULO**”, respeitando todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares na execução do presente projeto, o qual será desenvolvido pelos alunos do Curso de Medicina da UFPA, (ALUNOS)

Belém, de de 200 .

Assinatura

APÊNDICE J - TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES**TÍTULO DO PROJETO:****ORIENTADOR(A):****PESQUISADORES:**

Os pesquisadores do projeto acima identificados assumem o compromisso de:

1. Preservar a privacidade dos entrevistados cujos dados serão coletados;
2. Que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
3. Que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.
4. Que serão respeitadas todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares na execução deste projeto.

Nomes e Assinaturas de todos pesquisadores participantes:

Nome _____

Nome _____

Belém, de de 200 .

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Informado para Pesquisa **Auxílio para a sua Estruturação**

Francisconi e Goldim (2007)

Aproximadamente 60% dos projetos submetidos ao CEP, retornam aos seus autores para que o Termo de Consentimento seja corrigido ou aprimorado. O presente documento tem por objetivo ajudar na montagem de um Termo de Consentimento Informado que atenda às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS 196/96), ora vigentes no Brasil, mas que também esteja adequado às Diretrizes Internacionais do CIOMS (1993) e às Diretrizes Consensuais Tripartites para a Boa Prática Clínica (1997).

A - Todo projeto de pesquisa que envolver seres humanos deve incluir um Consentimento Informado.

Caso o pesquisador responsável julgar que o uso de um Termo de Consentimento Informado não se aplica à sua investigação, esta posição deverá estar justificada nas considerações éticas contidas no item Material/Casuística e Métodos do seu projeto de pesquisa. É importante lembrar que o pesquisador pode apenas solicitar a dispensa de utilização, mas o Comitê de Ética em Pesquisa é que dispensa o seu uso. Esta possibilidade só é aceita em situações extremamente especiais. Uma delas são as pesquisas que utilizam unicamente os prontuários de pacientes ou bases de dados como fonte de informações. Nestes projetos os pesquisadores devem assinar um Termo de Compromisso para Utilização de Dados, que substitui o Termo de Consentimento.

B - Cuidados ao elaborar o Termo de Consentimento Informado:

1. Linguagem

Utilizar uma linguagem clara e acessível, evitando o uso de terminologia técnica de difícil compreensão para a pessoa que deverá assinar o Termo de Consentimento. A finalidade primordial deste processo é obter a manifestação livre e adequadamente informada do indivíduo que está sendo convidado a participar da pesquisa, não devendo ser visto como uma mera formalidade legal ou burocrática a ser cumprida. A estrutura do texto deve ser compreensível para o nível de escolaridade do final do ensino fundamental, ou seja, aproximadamente 8 anos de escola. O cuidado mais importante ao redigir é evitar frases e parágrafos muito longos. O editor de textos WORD tem uma ferramenta que calcula automaticamente o Índice de Flesch para estimar o grau de facilidade de leitura.

2. Informações sobre o Projeto

As justificativas, objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa devem ser claramente apresentadas. Devem ser evitadas frases como: "foram fornecidas todas as informações necessárias à compreensão do projeto". Caso haja, por questões metodológicas, a necessidade de omitir informações, esta situação deverá ser formalmente apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisa. O uso de placebo e a aleatorização na alocação dos participantes em grupos experimental e controle não podem ser omitidas, devendo constar explicitamente no Termo de Consentimento Informado.

3. Riscos e Desconfortos

Devem ser descritos os desconfortos e riscos prováveis, inclusive o tempo de duração previsto para o envolvimento do voluntário com a pesquisa. É importante discriminar quais são os desconfortos e riscos que fazem parte do projeto de pesquisa, daqueles que fazem parte da rotina de atendimento destas pessoas, caso

sejam portadores de uma determinada nosologia que está sendo avaliada em seu projeto. As situações que envolvam riscos menores que o risco mínimo não necessitam ser relatadas.

4. Benefícios

Devem ser apresentados os benefícios que podem ser esperados com a realização do projeto, tanto individuais como coletivos. Nos projetos de pesquisa não clínica, isto é, naqueles em que não há benefício direto para o participante, o voluntário deverá ser adequadamente informado desta característica da investigação.

5. Alternativas

Devem ser esclarecidas as alternativas que existem para a situação clínica que está sendo pesquisada, tanto do ponto de vista do uso de drogas, quanto de procedimentos de investigação diagnóstica ou terapêutica.

6. Acompanhamento Assistencial

Devem ser esclarecidas as formas de acompanhamento assistencial dos voluntários, do ponto de vista assistencial, bem como o nome do pesquisador responsável pelo seu atendimento durante o período da pesquisa. Este pesquisador deverá ser contatado na eventualidade de um dano ou efeito adverso associado à pesquisa. Quando a pesquisa envolve riscos, o local que o participante deve procurar para ser atendido, em caso de urgência, deve ser claramente indicado. Vale lembrar que o pesquisador deve informar imediatamente o Comitê de Ética em Pesquisa quando ocorrer um Efeito Adverso associado à pesquisa.

7. Voluntariedade

Deve ser assegurado que o voluntário tem o direito de não participar ou de se retirar do estudo, a qualquer momento, sem que isto represente qualquer tipo de prejuízo para o seu atendimento dentro da instituição onde o projeto está sendo realizado. Não pode haver qualquer tipo de coerção no processo de recrutamento de voluntários. Deve ser evitado, na medida do possível, recrutar voluntários que possam se sentir coagidos em função de sua atividade acadêmica ou profissional, como por exemplo, alunos ou funcionários da instituição. Outros grupos vulneráveis devem merecer, igualmente, atenção especial.

8. Confidencialidade, Privacidade e Anonimato

Devem ser dadas garantias de confidencialidade e privacidade às informações coletadas. No caso de pesquisas que deverão ser auditadas por um patrocinador externo ou outra agência de acompanhamento e fiscalização, esta informação deve constar claramente no Termo de Consentimento. A garantia de confidencialidade não é sinônimo de anonimato. O pleno anonimato só ocorre quando nem a equipe de pesquisadores tem acesso à identificação dos participantes. O pesquisador deve se comprometer formalmente, quando da sua divulgação dos resultados do projeto, com a preservação do anonimato dos participantes do estudo. Isto inclui a não utilização de iniciais, números de registros em instituições outras formas de cadastros.

9. Uso de Imagem

Caso seja necessário utilizar imagens obtidas com os participantes do projeto, deverá ser solicitada uma Autorização para Uso de Imagem, que pode ser incluída como um item dentro do Termo de Consentimento Informado. Nesta autorização deverá constar a forma e a utilização previstas para as imagens.

10. Ressarcimento

As formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa, caso existirem, devem ser explicitadas. Habitualmente este ressarcimento cobre as despesas de transporte e alimentação. Eventualmente pode ser ressarcido o valor

equivalente ao tempo dispendido com a pesquisa. Os valores não devem ser de tal monta que possam gerar um possível conflito de interesses entre o valor ofertado e a voluntariedade na participação.

11. Indenização e Compensação por Eventuais Danos Decorrentes da Pesquisa

As formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa deve ser esclarecidas. Caso haja uma apólice de seguro, esta informação também deverá ser dada ao participante.

12. Novas Informações

Sempre que uma nova informação tornar-se disponível ao pesquisador, com repercussão no conteúdo do Termo de Consentimento, o mesmo deverá ser alterado e encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa para revisão.

13. Participantes Analfabetos

Quando o voluntário e/ou o seu representante legal, em pesquisas com pessoas juridicamente incapazes, forem analfabetos, o Termo de Consentimento deverá ser lido na frente de uma testemunha imparcial, sem envolvimento direto com o projeto de pesquisa. Esta pessoa deverá assinar o documento certificando que todas as informações foram dadas ao voluntário, ou ao seu representante legal, e que as perguntas suscitadas pelo mesmos foram amplamente esclarecidas pelo pesquisador. O voluntário, ou seu representante legal, deverão apor sua impressão datiloscópica ao Termo de Consentimento.

14. Material Biológico

Nas pesquisas, que envolvam o uso de material biológico do voluntário, deverá ser explicitado o destino final do referido material: se ele será desprezado após a intervenção, que caracteriza a pesquisa, se o mesmo será conservado para uso posterior, ou ainda, se poderá haver multiplicação do mesmo, como por exemplo, em culturas de células. Nesta situação deverá ficar bem claro que nenhum uso comercial do referido material poderá ser feito sem prévia autorização do voluntário ou de seu representante legal. Existe, ainda, uma outra situação possível, a utilização de material biológico que restou de outros procedimentos, que seria habitualmente descartado, mas ainda em condições de ser utilizado para pesquisa. Neste caso, desde que o pesquisador não tenha acesso a qualquer forma de identificação do indivíduo doador, excepcionalmente é possível a sua utilização sem o uso de consentimento informado. Esta condição só é válida quando não houver risco ou benefício para o indivíduo que forneceu o material envolvido no procedimento de pesquisa que será realizado utilizando este mesmo material.

15. Crianças e Adolescentes

As pesquisas envolvendo crianças e adolescentes terão o Termo de Consentimento assinado por seus representantes, garantida a sua participação no processo, na medida de seu desenvolvimento moral, a partir dos sete anos. Às crianças menores de sete anos é garantido o direito de serem informadas, de forma adequada ao seu nível de compreensão. A recusa em participar, por parte da criança ou do adolescente, deverá ser sempre acatada, salvo quando a intervenção proposta for a única possibilidade terapêutica disponível ao caso e os pais ou representantes legais autorizarem a sua realização. A rigor, o consentimento é dado pela própria criança ou adolescente, o responsável legal dá é uma autorização.

16. Participantes com Redução de Capacidade.

Os portadores de perturbação ou doença mental, e outras pessoas em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, participarão em projetos de pesquisa com a autorização dada por seus representantes legais,

garantindo-se a informação e participação no processo, dentro dos limites de suas capacidades.

17. Participantes com dificuldades de compreensão devido a problemas de idioma ou de alguma deficiência sensorial.

Os participantes que tiverem dificuldade de compreender o idioma do pesquisador responsável, quando este não domina o idioma local, devem ser assistidos por um intérprete idôneo. Isto é especialmente relevante quando envolvem participantes de populações indígenas ou outras com pouco contato com a cultura ocidental. Os portadores de deficiências sensoriais podem ter os instrumentos de coleta adequados a esta situação ou também serem assistidos por pessoas que dominem a sua forma de comunicação. O importante é preservar a possibilidade de ser informado e de poder livremente expressar a sua vontade em participar ou não da atividade que está sendo proposta.

18. Identificação dos Pesquisadores e Forma de Contato.

No final do Termo de Consentimento deverá haver a clara identificação do Pesquisador Responsável e, quando for necessário, dos pesquisadores associados. Deve ser fornecido um telefone de contato para permitir que o participante possa dirimir eventuais dúvidas.

19. Assinaturas e Arquivamento.

O Termo de Consentimento deverá ser preenchido em duas vias, ambas identificadas com o nome do participante e do representante legal, se houver, datadas e assinadas, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa, ou por seu representante legal, e outra arquivada pelo pesquisador. O membro da equipe que obteve o consentimento deverá ser identificado pelo nome e assinatura.

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (FFFCMPA, 2007)

Título da pesquisa: _____

I. A justificativa e objetivos da pesquisa. (descrever).

Exemplo: O seu bebê no momento está necessitando de um tipo de ajuda para respirar que chamamos de ventilação mecânica. Este tipo de tratamento requer alguns cuidados, especialmente em bebês prematuros. Um desses cuidados é a aspiração freqüente do tubo que leva o ar até o pulmão do bebê. Esta aspiração tem por objetivo retirar as secreções que ficam aderidas ao tubo. Quando essa secreção é retirada, é desprezada e jogada fora. O objetivo deste trabalho é analisar essas secreções e identificar fatores de risco de cada bebê desenvolver problemas crônicos de respiração.

II. Os procedimentos a serem utilizados (descrever)

Exemplo: O meio que vamos usar para realizar este trabalho se dá através de um lavado broncoalveolar, isto é, da colocação de soro fisiológico dentro do tubo endotraqueal e da aspiração logo a seguir. O material obtido será após analisado em laboratório.

III. Os desconfortos ou riscos esperados (descrever)**IV. Os benefícios que se pode obter** (descrever)**V. Os procedimentos alternativos que possam ser vantajosos** (descrever)

Exemplo: É importante ressaltar que riscos existem, embora sejam pequenos. Referem-se principalmente à queda de saturação e à agitação. Este procedimento, no entanto, é importante para a higiene pulmonar do bebê e é realizado de rotina em nossa Unidade.

VI. Garantia de resposta a qualquer pergunta.**VII. Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si.****VIII. Garantia de privacidade.**

Exemplo: Ressaltamos também que a concordância em participar deste estudo não implica necessariamente em qualquer modificação no tratamento que já está sendo feito para o seu bebê, nem tampouco os resultados desses exames terão efeito sobre ele. Da mesma forma, a não concordância em participar deste estudo não irá alterar de nenhuma maneira o tratamento já estabelecido.

Eu,(paciente ou responsável) fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito do tratamento recebido e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar. O Dr.(pesquisador responsável) certificou-me de que todos os dados desta pesquisa referentes ao meu bebê serão confidenciais, bem como o seu tratamento não será modificado em razão desta pesquisa e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, face a estas informações.

IX. Compromisso com informação atualizada do estudo.

X. Disponibilidade de tratamento médico e indenização em casos de danos.

XI. Garantia de que custos adicionais serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Exemplo: Fui informado que caso existam danos à minha saúde, causados diretamente pela pesquisa, terei direito a tratamento médico e indenização conforme estabelece a lei. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso tiver novas perguntas sobre este estudo, posso chamar (pesquisador responsável) no endereço/telefone Para qualquer pergunta sobre os meus direitos como participante deste estudo ou se penso que fui prejudicado pela minha participação, posso chamar (outra pessoa, não o pesquisador, orientador, Chefe de serviço) e (Comitê de Ética em Pesquisa da [identificação do CEP/ endereço/telefone]).

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Assinatura do Paciente.

Nome do Paciente.

___/___/___

Assinatura do Pesquisador.

Nome do Pesquisador.

___/___/___

Este formulário foi lido para _____ (nome do paciente) em ___/___/___ (data) pelo _____ (nome do pesquisador) enquanto eu estava presente.

Assinatura de testemunha.

Nome da Testemunha.

___/___/___

IDENTIFICAÇÃO DO CEP

MODELO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE MEDICINA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Baseado na Resolução Nº 196 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde)

PESQUISA:

Caro(a) Senhor(a),

O Senhor foi convidado a participar da pesquisa “**TÍTULO**”. Esta pesquisa está sendo realizada pelo(a) discente **NOME**, CPF, RG, aluno(a) do curso de medicina da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. **ORIENTADOR**, como Trabalho de Conclusão de Curso.

O objetivo deste estudo é relatar um caso clínico de....., a partir da revisão de seu prontuário, aberto no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), onde serão analisados os dados referentes à história clínica, internação hospitalar, acompanhamento ambulatorial e resultados de exames realizados.

A descrição de um caso dea uma nova medicação enriquecerá a literatura médica, favorecendo novos conhecimentos sobre o tratamento desta patologia.**(JUSTIFICATIVA)**

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e não determinará qualquer risco ou desconforto. Também lhe é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento podendo deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo.

Informo que o(a) Senhor(a) tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas; e caso sinta necessidade, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do **Hospital Universitário João de Barros Barreto – HUJBB da UFPa**.

O Senhor tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisas e caso seja solicitado, terá acesso a todas as informações.

Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo exames e consultas. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os pesquisadores se comprometem a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa que, depois de finalizada, terá seus resultados veiculados no meio acadêmico e

científico. Serão resguardados o seu nome, endereço, filiação e qualquer outro dado relacionado à sua identificação, que sob nenhuma hipótese será divulgada.

Este termo está sendo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará com o Senhor e outra arquivada com os pesquisadores responsáveis. Abaixo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO:

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, ficando claros para mim, quais são os propósitos da pesquisa, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Declaro ainda que por minha **livre vontade, aceito participar da pesquisa** cooperando com todas as informações, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento sem necessidade de justificar o motivo da desistência, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízos ou perda no meu atendimento no HUIBB.

Assinatura do Paciente ou seu Representante Legal

Declaro que assisti a explicação do Dr. _____ ao paciente, que compreendeu e retirou suas dúvidas, assim como eu, a tudo o que será realizado na pesquisa.

Assinatura de testemunha

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste paciente ou representante legal para participação no presente estudo.

Pesquisador responsável

Identificação do CEP.

ANEXO C - RESOLUÇÃO Nº 3480.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO N. 3.480, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre os Planos Acadêmicos, Regimes e Horário de Trabalho dos Docentes da Universidade Federal do Pará.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral, e, em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada no dia 27.11.2006, e, em conformidade com os autos do Processo n. 017906/2003-UFGA, procedentes da PROPLAN, promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O :

**CAPÍTULO I
Dos Planos Acadêmicos**

Art. 1º As Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFGA) deverão apresentar seus Planos Acadêmicos de acordo com as diretrizes estabelecidas na presente Resolução.

Parágrafo Único: Para efeito desta Resolução, constituem-se *Unidades Acadêmicas* todas aquelas responsáveis pela administração e execução do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 2º Os Planos Acadêmicos – conjunto de todas as atividades a serem desenvolvidas pela Unidade Acadêmica no período letivo subsequente – serão semestrais ou anuais, conforme o calendário acadêmico vigente.

§1º Do Plano Acadêmico deverão constar, necessariamente, as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

§2º Entende-se por período letivo aquele em que as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração são desenvolvidas.

§3º Os Planos deverão ser apresentados em meio eletrônico no sistema de acompanhamento da atividade docente em vigência na UFGA.

Art. 3º Os Planos Acadêmicos deverão cumprir o calendário estabelecido pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e serão analisados e julgados, em primeira

instância, pela unidade executora correspondente e, em última instância, pela Congregação a que estiver vinculada a subunidade acadêmica.

CAPÍTULO II

Dos Regimes de Trabalho

Art. 4º Os integrantes da carreira do magistério superior ficam sujeitos aos seguintes regimes de trabalho:

I - Dedicção Exclusiva (DE), com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, nas condições definidas no § 1º deste artigo;

II - Tempo Integral (TI), com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, sem dedicação exclusiva, em caráter excepcional, conforme dispõe a Resolução n. 1.182/CONSAD, de 16 de março de 2004;

III - Tempo Parcial (TP), com 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º O regime de trabalho em Dedicção Exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade pública e/ou privada remunerada, ressalvado o disposto no § 1º, alíneas "a", "b", "c" e "d", do Art. 14, II, do Decreto n. 94.664/87.

§ 2º Poderão, excepcionalmente, integrar o regime de 40 (quarenta) horas, sem Dedicção Exclusiva, professores integrantes de áreas com características específicas, conforme dispõe a Resolução n. 1.182 / CONSAD, de 16 de março de 2004.

Art. 5º Compete à Unidade Acadêmica distribuir a carga horária dos docentes entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, observando-se os respectivos limites mínimos e máximos definidos nos artigos 7º e 8º desta Resolução.

Art. 6º É facultado ao docente mudar de um regime para outro, dependendo do parecer da Unidade Acadêmica, em conformidade com as normas e legislação em vigor.

Art. 7º Compete à Unidade Acadêmica fixar, de acordo com suas necessidades e observada a legislação em vigor, os turnos de trabalho dos docentes, no período entre 7h30min (sete horas e trinta minutos) e 21h40min (vinte e uma horas e quarenta minutos), podendo, em casos específicos, ser adotado o horário entre 7h (sete horas) e 22h (vinte e duas horas), quando solicitado pela subunidade.

§1º O docente em regime de Tempo Integral ou Dedicção Exclusiva trabalhará em 2 (dois) turnos diários, com intervalo de pelo menos uma hora entre ambos, não podendo haver turno com duração inferior a duas horas.

§2º Será permitida a utilização de 1 (um) turno em dia de sábado, no período entre 7h30min (sete horas e trinta minutos) e 12h20min (doze horas e vinte minutos).

§ 3º Deverá ser confirmada a presença do docente na Instituição, mediante registro de frequência às atividades de ensino definidas em seu Plano de Trabalho.

Art. 8º Na atribuição dos encargos a serem desempenhados pelos docentes, deverão ser observados os seguintes limites:

I - Docente em regime de Dedicção Exclusiva:

a) mínimo de 16 (dezesseis) horas semanais ou 240 (duzentas e quarenta) horas semestrais ou 480 (quatrocentas e oitenta) horas anuais de aulas efetivas (graduação e/ou pós-graduação), sem envolvimento com atividades em projetos de pesquisa, de extensão e de ensino, administração ou afastamento;

b) mínimo de 8 (oito) horas semanais ou 120 (cento e vinte) horas semestrais ou 240 (duzentas e quarenta) horas anuais de aulas efetivas (graduação e/ou pós-graduação), acrescidas de encargos de pesquisa e/ou extensão e/ou administração e/ou afastamento parcial, observada a legislação vigente;

II - Docente em regime de Tempo integral:

a) mínimo de 20 (vinte) horas semanais ou 300 (trezentas) horas semestrais ou 600 (seiscentas) horas anuais de aulas efetivas (graduação e/ou pós-graduação), sem envolvimento com atividades em projetos de pesquisa, de extensão e de ensino, administração ou afastamento, podendo contabilizar até 4 (quatro) horas semanais para orientação de TCC;

b) mínimo de 10 (dez) horas semanais ou 150 (cento e cinqüenta) horas semestrais ou 300 (trezentas) horas anuais de aulas efetivas (graduação e/ou pós-graduação), acrescidas de encargos de pesquisa e/ou extensão e/ou administração e/ou afastamento parcial, observada a legislação vigente, podendo contabilizar até 2 (duas) horas semanais para orientação de TCC;

III - Docente em regime de Tempo Parcial: mínimo de 10(dez) horas semanais ou 150 (cento e cinqüenta) horas semestrais ou 300 (trezentas) horas anuais de aulas efetivas podendo contabilizar até 2 (duas) horas semanais para orientação de TCC;

IV - O docente em Dedicção Exclusiva ou Tempo Integral, a partir da promulgação desta Resolução, poderá ter alocadas no Plano Acadêmico até 20 (vinte) horas semanais para projetos de pesquisa e/ou extensão e/ou ensino, pelo período de até 5 (cinco) semestres consecutivos.

a) ao término do período do projeto, para nova alocação de carga horária deverá ser exigido o relatório técnico das atividades desenvolvidas pelo docente, devidamente aprovado pela Congregação da Unidade onde o docente estiver lotado.

b) o docente que não apresentar o relatório aprovado, vencido o prazo definido no inciso III deste artigo, não poderá ter carga horária alocada para novos projetos, nos períodos letivos subseqüentes, por um período igual ao tempo anteriormente empregado na atividade.

§ 1º Para cada hora-aula em nível de graduação será computada 1 (uma) hora de preparação e para cada aula em nível de pós-graduação serão computadas 2 (duas) horas de preparação.

§ 2º O docente terá alocadas até 2 (duas) horas semanais para participar de reuniões nos órgãos colegiados da Unidade Acadêmica e, no caso de representação cumulativa nos Conselhos Deliberativos Superiores, mais 2 (duas) horas semanais no seu Plano Acadêmico.

§ 3º Para a orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCC) e pós-graduação *lato sensu*, previstos no Plano Individual de Trabalho, serão computadas 2 (duas) horas semanais de orientação por trabalho e/ou monografia e, no caso de orientação de pós-graduação *stricto sensu*, 3 (três) horas semanais de orientação por dissertação e/ou tese, contabilizando-se o número máximo de 10 (dez) trabalhos de qualquer natureza, seja TCC e/ou monografia e/ou dissertação e/ou tese.

§ 4º Também são consideradas atividades de orientação: o Estágio Supervisionado, o Estágio Rotatório, o Estágio Coordenado, a Tutoria, o Internato e outras atividades da mesma natureza, ficando a critério da Unidade Acadêmica a definição da carga horária semanal correspondente a essas atividades.

§ 5º Independente da titulação, todos os professores deverão cumprir atividades didáticas na graduação de, no mínimo, 50% de sua carga horária, em pelo menos 1 (um) semestre no ano letivo, ressalvados os casos em que não houver solicitação ou demanda de qualquer subunidade acadêmica.

Art. 9º Somente os docentes em regime de Dedicção Exclusiva ou Tempo Integral poderão assumir Função de Direção de Unidade ou Sub-Unidade Acadêmica.

§ 1º A carga horária destinada ao exercício das funções previstas no *caput* deste artigo não poderá, em nenhuma hipótese, ser exercida exclusivamente no expediente noturno.

§ 2º Quando a carga horária atribuída ao exercício das funções for inferior a 40 (quarenta) horas, o tempo integral deverá ser preenchido com atividades de ensino, pesquisa, extensão ou afastamento parcial.

Art. 10 O docente em regime de Tempo Integral ou Dedicção Exclusiva que esteja realizando curso de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado, inclusive na própria Universidade, será, a seu critério, dispensado de suas atividades, dentro dos limites máximos para afastamentos permitidos pelas normas em vigor; desde que haja liberação da Unidade Acadêmica em que esteja lotado, com supervisão da CPPD e da PROPESP.

Art. 11 O docente em regime de Tempo Integral ou Dedicção Exclusiva, que esteja realizando curso de pós-graduação *lato sensu*, inclusive na própria Universidade, poderá, a seu critério, ter até 50% (cinqüenta por

cento) de sua carga horária semanal disponível para a realização do mesmo, durante o tempo efetivo de sua duração, desde que haja liberação da Unidade Acadêmica em que esteja lotado, com supervisão da CPPD e da PROPESP.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 13 Ficam revogadas a Resolução n.º 3.184, de 09 de junho de 2004, e as demais disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 12 de dezembro de 2006.

Prof. Dr. ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO
R e i t o r
Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão